



Sofia Escobar Samurio

**A volta de Raúl Prebisch. Estudo sobre as
implicações de relançamento pela CEPAL**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação
em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito
parcial para obtenção do grau em Mestre em Relações
Internacionais

Orientado: Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes

Rio de Janeiro
Março de 2018



Sofia Escobar Samurio

**A volta de Raúl Prebisch. Estudo sobre as
implicações de relançamento pela CEPAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em
Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial
para obtenção do grau em Mestre em Relações Internacionais.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC Rio

Profa. Andrea Ribeiro Hoffmann

Instituto de Relações Internacionais - PUC Rio

Profa. Claudia Francisca Fuentes Julio

Instituto de Relações Internacionais - PUC Rio

Prof. Cesar Augusto Coelho Guimarães

UERJ

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Sofia Escobar Samurio

Graduou-se em Relações Internacionais na UDELAR (Universidad de la República Oriental del Uruguay) em 2010 e em Ciências Econômicas pela UNILA (Universidade Federal de Integração Latino-Americana) em 2014. Integra o Grupo de Pesquisa sobre Teoria da Dependência. Participou de diversos congressos na área de Economia Política nacional e internacionalmente. Interessa-se pelas áreas de Economia Política Internacional, Desenvolvimento e Comercio Internacional.

Ficha Catalográfica

Escobar Samurio, Sofía

A volta de Raúl Prebisch : estudo sobre as implicações de relançamento pela CEPAL / Sofía Escobar Samurio ; orientador: Luis Manuel Rebelo Fernandes. – 2018.

96 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2018.

CDD: 327

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Professor Luis Manuel Rebelo Fernandes, pela compreensão, a confiança e o estímulo para realizar este trabalho.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais não teria conseguido concretizar este trabalho.

A meus pais e Juan pela confiança e apoio incondicional. A Danilo pelo amor e o companheirismo. A meus sogros por estarem presentes sempre e pelo incentivo.

A meus amigos latino-americanos do Uruguai, do Brasil, do México e do Peru, pelos debates, as críticas construtivas e os bons momentos.

A meus colegas da PUC-Rio, com os quais aprendi muito.

Aos professores que participaram na Comissão examinadora.

A todos os professores e funcionários do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Resumo

Samurio, Sofía Escobar; Fernandes, Luis Manuel Rebelo. **A volta de Raúl Prebisch. Um estudo sobre as implicações de relançamento pela CEPAL.** Rio de Janeiro, 2018. 96p Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho visa estudar o relançamento do intelectual e político argentino Raúl Prebisch (1901-1986) a cargo da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Por termos constatado que se trata de um resgate parcial da obra do autor, interessa-nos problematizar a forma, o contexto, assim como, as implicações de este empreendimento. Contextualizamos a obra do autor no debate sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência na América latina entre as décadas de 1950 a 1970. Estudamos suas principais contribuições teóricas ao longo de sua vida, contrastando com dados biográficos do autor. Analisamos a iniciativa da Comissão de retomar a Prebisch como um autor cujas formulações estão vigentes e de recolocar o debate sobre desenvolvimento no contexto atual a partir de uma nova economia política: Neoestruturalismo. Ainda que se trate de um autor de referência no debate sobre desenvolvimento em latino-americana, procuramos entender os motivos que levaram à escolha de dito autor assim como o marco em que esta iniciativa é produzida.

Palavras-chave

Raul Prebisch, CEPAL; Desenvolvimento; América Latina.

Abstract

Samurio, Sofía Escobar; Fernandes, Luis Manuel Rebelo (Advisor). **The return of Raúl Prebisch. A study on the implications of ECLAC's relaunch.** Rio de Janeiro, 2018. 96p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This paper aims to study the relaunch of the Argentine intellectual and politician Raúl Prebisch (1901-1986) by the Economic Commission for Latin America (ECLAC). As we have seen that this is a partial rescue of the author's work, we are interested in problematizing the form, the context, as well as the implications of this enterprise. We contextualize the author's work in the debate on development, underdevelopment and dependence in Latin America between the 1950s and 1970s. We study his main theoretical contributions throughout his life, contrasting with biographical data of the author. We analyze the Commission's initiative to retake Prebisch as an author whose formulations are in force and to reinsert the development debate in the current context from a new political economy: Neo-structuralism. Although he is a reference author in the debate on development in Latin America, we try to understand the reasons that led to the choice of this author as well as the milestone in which this initiative is produced.

Keywords

Raul Prebisch; ECLAC; Development; Latin America.

Sumário

Introdução	9
1 Sistematização do debate sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência em América Latina.	14
1.1 O desenvolvimento como tendência: As teorias da modernização.....	14
1.2 Desenvolvimento como estratégia: Estruturalismo da CEPAL	25
1.3 Crítica ao desenvolvimento: Teoria da Dependência.....	30
2 O desenvolvimento como estratégia. Principais aportes teóricos de Raúl Prebisch.	37
2.1 Raúl Prebisch antes de Santiago.....	43
2.2 Secretário geral da Comissão.....	48
2.3 UNCTAD, ILPES e Revista da CEPAL	58
3 Relançamento de Raúl Prebisch pela CEPAL.....	67
3.1 As evidências.....	67
3.2 Semelhanças e diferenças entre o Regionalismo Aberto, o Neoestruturalismo e o pensamento de Raúl Prebisch	75
3.2.1 Regionalismo Aberto.....	75
3.2.2 Neoestruturalismo.....	78
3.3 A volta de Raúl Prebisch. Contexto atual.....	82
Considerações finais	90
Referências bibliográficas	94

Uma das coisas que me desconcerta das pessoas é sua incapacidade para sustentar um sentimento, uma ideia sem dispersão (...). Essa é um dos sinais do subdesenvolvimento: incapacidade para relacionar as coisas, para acumular experiência e se desenvolver.

*Memórias do subdesenvolvimento, Cuba, 1968.
(Traduzido por mim. S.E.).*

Introdução

A principal motivação deste trabalho foi refletir em relação à atualidade e especificidades do debate sobre desenvolvimento na América Latina. O mesmo permeia a história do pensamento latino-americano desde meados do século XX, tem sofrido diversas mudanças e desdobramentos e, contudo, parece não estar superado. O esforço por compreender a natureza e o sentido deste debate, guarda o intuito de entender melhor o próprio funcionamento do sistema capitalista a partir de nossa inserção internacional enquanto periferia, assim como nossa realidade atual e caminhos a futuro.

Em 2009 é publicada a biografia de um dos fundadores da Comissão, Raúl Prebisch, a qual esteve a cargo de Edgar J. Dosman, cujo título original é *The life and time of Raúl Prebisch, 1901-1986* no Brasil foi traduzida e publicada pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, em 2011 sob o título *Raúl Prebisch (1901-1986) A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Neste período se inicia um resgate ao autor que teve uma longa vida pública ocupando cargos de relevância política e de formulação teórica para América Latina. Contudo, trata-se de uma figura controversa em relação aos seus posicionamentos políticos e teóricos, tanto na Argentina como em latino-americano.

Por sua vez, a revista *The Economist*, no artigo sobre a publicação da citada biografia, se refere a Prebisch como o *Keynes latino-americano*, como muitos gostam de chama-lo pela clara referência que Prebisch faz do autor e por ter começado sua produção teórica a partir de uma grande crise econômica na Argentina. A revista o considera um intelectual mais político do que teórico em comparação a Keynes. Segundo a publicação, as formulações de ambos seriam deixadas de lado nos anos 1980 e estariam sendo retomadas ao menos na América

Latina no marco da crise financeira internacional. A revista Valor Econômico, no marco do lançamento da versão em português o intitula o pai do estruturalismo e o aponta como o primeiro intelectual a estudar América Latina como uma região diferenciada.

Observamos que no ano de 2012¹ a CEPAL financiado pelo International Development Research Center (IDRC) lançou o projeto *Raul Prebisch e os desafios do século XXI* com o objetivo de recuperar os principais aportes teórico-políticos do autor, adaptado à conjuntura atual. No portal da CEPAL encontram-se documentos produzidos pelo autor, sua biografia e suas principais contribuições teóricas segundo a Comissão. O objetivo deste trabalho é compreender como e por que a Comissão relança a Raúl Prebisch na conjuntura atual. Sabemos que a crise de 2008 despertou em alguns casos e reavivou em outros, o interesse pelas teorias econômicas heterodoxas, perante as incertezas e falta respostas por parte das teorias do *mainstream*. Contudo, pretendemos fazer uma avaliação crítica das implicações desta iniciativa e refletir sobre a vigência do pensamento do autor na conjuntura atual e na própria CEPAL.

Nesse sentido, o primeiro capítulo do presente trabalho consiste numa sistematização dos principais aportes dos autores e contribuições das diferentes perspectivas teóricas envolvidos no debate sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência. Começando pelos autores das teorias da modernização Paul Rosenstein-Rodas, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, W. W. Rostow e Simon Kuznets que desde países industrializados estudaram as causas da falta de crescimento econômico dos países pouco ou não industrializados e realizaram propostas de políticas públicas e reformas sociais para reverter esta situação. Estes autores compartilham uma perspectiva positivista que concebe o crescimento econômico como um fenômeno linear e atingível por todas as nações sem importar sua condição.

¹ Segundo o informado pela própria organização no portal sobre Raúl Prebisch.

A continuação, estudaremos a perspectiva da Comissão Economia para América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir da síntese de um dos seus principais comentadores, Ricardo Bielschowski na sua obra *A evolução das ideias da CEPAL. Cinquenta anos do pensamento da CEPAL* (1998). O autor faz uma cronologia das etapas no pensamento da Comissão a partir das ideias-força entre 1950 e 1990. Contrastaremos com a Teoria da Dependência tanto sua vertente marxista os autores Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini, e em sua corrente weberiana Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, na sua avaliação respeito às possíveis causas da estagnação da industrialização no continente assim como a categoria dependência.

No segundo capítulo, procuraremos analisar o desenvolvimento como estratégia nas obras de Prebisch, estudando seus principais aportes teóricos antes, durante e após seu trabalho na CEPAL. Para tal pesquisa utilizaremos os informes tanto da CEPAL como da UNCTAD assim como em artigos da Revista da CEPAL, da qual Prebisch foi diretor desde 1976 a 1986. Apresentaremos as diversas cronologias sobre a vida e a obra do autor, de se mesmo, de autores cepalinos no marco do resgate e a nossa própria que toma como principal referencia seu período de trabalho na Comissão por ser o momento considerado para seu resgate. Contrastaremos a biografia escrita por Dosman, com a cronologia que o autor faz sobre sua vida e obra no seu artigo *Cinco etapas do meu pensamento sobre desenvolvimento* (1984) e a cronologia que a CEPAL faz sobre a produção teórica de Prebisch no artigo escrito por, Sunkel et al.² intitulado *Raúl Prebisch (1901-1986) Um percorrido pelas etapas do seu pensamento sobre o desenvolvimento económico* (2012).

No terceiro capítulo, apresentaremos as evidencias da retomada de Prebisch. Procurando plasmar qual a imagem do autor que estaria sendo apresentada, em contraste ao estudado no capítulo precedente com intuito de mostrar que o relançamento considera apenas os primeiros anos de trabalho de autor na CEPAL. A continuação, fazemos uma análise comparativa entre à obra de Prebisch e outros paradigmas da Comissão, o Neoestruturalismo (correspondente a anos

² CALDENTEY, E. P. e OLIVOS, M. T.

2000) e o Regionalismo Aberto (anos 1990). Para finalizar, procuramos contextualizar a retomada na conjuntura atual com base na compreensão da fase atual do capital na América Latina de Virginia Fontes.

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas (ONU) criado em 1948 com sede em Santiago de Chile, com o objetivo de contribuir ao desenvolvimento econômico da região e fortalecer as relações intra e extra regionais³. A ONU, fundada em substituição da Liga das Nações em 1945 ao finalizar a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tinha o objetivo prioritário de impedir outro conflito dessa natureza e alcance assim como incentivar à cooperação internacional.

O contexto de pós-segunda guerra em que estas organizações foram criadas, estava marcado pela polarização não binária⁴ entre dois modelos de sociedade ou blocos regionais⁵: capitalista e comunista. O bloco capitalista ou ocidental reorganiza suas relações econômicas, políticas e de segurança internacionais nos acordos de Bretton Woods em 1944 onde tem lugar a passagem oficial da liderança mundial de Grã-Bretanha para Estados Unidos, a qual se consagra como superpotência. O resultado dos mesmos constitui a criação de organizações internacionais cuja existência se estende até a atualidade: FMI, BM (originalmente BIRD), OIC (atualmente OMC), OTAN e a ONU.

A ONU é uma organização intergovernamental concebida a partir de uma perspectiva liberal segundo a qual as instituições podem organizar e regular a vida social de forma de evitar o diminuir os conflitos, num marco de ampla negociação em que todos os países estariam em igualdade de condições, apesar de que, só as

³ Segundo a CEPAL em sua página oficial.

⁴ Segundo Hobsbawn (1996), o surgimento do bloque comunista obriga ao bloco capitalista a se reconfigurar, ao ponto de adotar políticas como a planificação estatal.

⁵ Com blocos não estamos nos referindo a espaços homogêneos carentes de contradições, já que cada região tem suas especificidades históricas, econômicas e sociais. Contudo, é possível identificar conjuntos de países cujos Estados se alinhavam a uma ou outra perspectiva.

potencias participem de forma permanente das instancias máximas de decisão⁶ e tenham poder de veto. Da mesma forma, a CEPAL foi constituída nos mesmos moldes liberais e com a especificidade de ter o intuito de favorecer o desenvolvimento econômico regional. Isto não significa, que a Comissão não tenha contribuído de forma qualificada ao debate político e social latino-americano, contudo, é importante lembrar as origens e objetivos desta instituição para entender os limites de suas teorias.

O relançamento parcial de Raúl Prebisch pela Comissão seria uma evidencia de que as problemáticas e propostas levantadas pelo debate sobre desenvolvimento continuam vigentes em América Latina. Nos anos 2000 foram eleitos vários presidentes da região que seguiram uma linha progressista⁷, com uma agenda que priorizava políticas sociais e integração regional. Segundo Pía Riggirozzi e Diana Tussie (2012) Sul América se tornou uma plataforma para um regionalismo que incorpora a dimensão normativa de uma nova era para além dos padrões de integração comercial liderados pelos Estados Unidos.

O esforço para recuperar o potencial de desenvolvimento da América do Sul é a manifestação clara de um câmbio histórico, uma mudança de era (em vez de simplesmente uma era de mudança), como afirmou o presidente do Equador, Rafael Correa, em seu discurso inaugural como presidente do Equador em janeiro de 2007.⁸ (RIGGIROZZI, 2012, p. 2).

Segundo as autoras, esta nova era implica desenvolvimento social, ação comunitária e novas formas de organização. Novas instituições com estruturas alternativas e projetos de cooperação são, apesar de embrionárias, parte do complexo conjunto de ideias alternativas e politicas da região. Contudo, nos últimos anos teve lugar uma mudança de conjuntura política regional que ruiu este processo de regionalização de caráter progressista.

⁶ O Conselho de segurança da ONU está composto por 15 membros dos quais, 10 são não-permanentes eleitos pela Assembleia Geral cada dois anos e 5 permanentes com poder de veto, são: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China.

⁷ Hugo Chávez (1998-2013) na Venezuela, Luís Inácio Da Silva no Brasil (2002-2011), Nestor Kirchner (2003-2007) seguido de sua esposa Cristina Fernandes (2007-2015) na Argentina, Tabaré Vazquez (2005-2010) seguido de José Mujica (2010-2015) em Uruguai, Evo Morales (2005 à atualidade) na Bolívia e Rafael Correa (2007-2017) em Equador.

⁸ Traduzido por mim. S.E.

Sistematização do debate sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência em América Latina.

1.1

O desenvolvimento como tendência: As teorias da modernização

Em quarto lugar, devemos embarcar em um novo e audaz programa para obter os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial disponível para a melhoria e o crescimento das áreas subdesenvolvidas. Mais de metade das pessoas do mundo vivem em condições que se aproximam da miséria. Sua comida é inadequada. São vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. A pobreza deles é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles quanto para áreas mais prósperas.

Harry Truman.

No discurso inaugural de presidência de Harry Truman em janeiro de 1949, coloca a Estados Unidos e as nações politicamente alinhadas com eles como defensores da democracia em contraposição ao comunismo, visto como ameaça à paz para o mundo ocidental. Coloca a seu país como grande defensor da paz e a estabilidade em particular, fortalecendo o papel da ONU como principal instrumento para levar os princípios democráticos às relações internacionais. Menciona o Plano Marshall de recuperação econômica de 16 nações livres da Europa e exalta como os Estados Unidos, teria tido a iniciativa de ajudar as nações civilizadas a se recuperar do confronto bélico em nome da paz e a segurança.

Anuncia um plano para a paz e a liberdade cujo primeiro ponto refere a fortalecer o papel da ONU em relação aos países recentemente emancipados para que se autogovernem sob princípios democráticos. Em segundo lugar, afirma que a ajuda a reconstrução na Europa vai continuar e procuraram contribuir com a melhora da econômica internacional e o comércio, os quais são muito importantes para a

manutenção da paz. O terceiro ponto refere à criação da OTAN, e o quarto ponto, citado ao início do capítulo, refere aos países subdesenvolvidos. Segundo Truman, mais da metade da população mundial vivia em condições próximas da miséria o que era uma ameaça para eles mesmos como para os países avançados, por este motivo: “O antigo imperialismo - exploração para lucro estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que prevemos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de comércio justo democrático”.

Na concepção de Truman, o desenvolvimento estava vinculado à técnica e à industrialização: “A maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para uma maior produção é uma aplicação mais ampla e vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno.” Todos aqueles que fossem amantes da paz, e contra o comunismo poderiam contar com a ajuda dos Estados Unidos para desenvolver-se e ter uma vida digna e em democracia.

Segundo Jan Nederveen Pieterse não é possível dissociar a teoria do desenvolvimento dos processos políticos e tratá-la apenas como uma teoria (ou uma política pública neutra). Da mesma forma não pode simplesmente ser considerada panfletária ou ideológica, por este motivo a autora defende que devemos observar o contexto político assim como, as formulações teóricas neste campo.

Para que a teoria do desenvolvimento seja significativa, as forças sociais devem sustentá-la. Para ser sustentada por forças sociais, ela deve combinar sua visão de mundo e articular seus interesses, deve servir na função ideológica. Como sempre servir seus interesses? Deve fazer sentido e ser capaz de explicar as coisas. Da mesma forma, a explicação não é uma função neutra. Há muitas maneiras de explicar as coisas, pois há posições para ver as realidades. A explicação que satisfaz o camponês não é a mesma que satisfação do senhorio, banqueiro ou funcionário do FMI.⁹ (PIETERSE, 2010, p. 3).

O debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento que surge no final da Segunda Guerra Mundial a princípio, com uma forte perspectiva economicista que

⁹ Traduzido por mim. S.E.

trazia imbuída uma ideologia de progresso linear e universal, como se todos os países pudessem atingir a condição de país desenvolvido, promovido pelas teorias da modernização. De acordo com esta concepção, o crescimento econômico, refletido pelo Produto Interno Bruto, o investimento produtivo, o nível de ocupação e os ingressos traria o bem-estar material para a população, como um círculo virtuoso: o aumento da produtividade gera acumulação de capital, que por sua vez permite elevar os investimentos em tecnologia gerando mais empregos.

O desenvolvimento visto como uma tendência de progresso econômico e social faz com que as sociedades procurem avançar de acordo com um determinado modelo civilizatório. Segundo Bonente (2016) o desenvolvimento é considerado como a passagem de um estágio de privação material, para outro de abundância, qualquer que seja o critério para avaliar esta transição. As teorias da modernização fazem diferentes avaliações e propostas em relação ao problema do desenvolvimento e criticam as teorias neoclássicas apesar de não romper com seus principais pressupostos teóricos. Sua perspectiva positivista universalizante, mecânica e linear defende que o desenvolvimento seria bom e possível em todos os países, basta incentivar a industrialização, para obter crescimento econômico e com o tempo chegar a ser uma *sociedade de massas*.

Segundo Fernandes (2012) as teorias da modernização vêm à sociedade tradicional e moderna como sistemas estáveis cujo modo de produção, organização política e valores culturais seriam independentes. Por este motivo, entendem que é possível modernizar as sociedades, fazendo com que elas se reconfigurem como um sistema social unitário. Segundo Bonente (2016) a sociedade enquanto totalidade composta de complexos articulados, em que cada elemento é sempre um complexo de propriedades, de forças e relações com qualidades específicas, que possuem legalidades próprias e se comportam de maneira heterogênea. As esferas singulares da vida social podem assumir a forma de um desenvolvimento desigual;

Desigualdade de movimento significa, “simplesmente”, que a grande linha de evolução do ser social [...] não pode se explicitar em linha reta, segundo uma lógica racional qualquer,

mas se move em parte por vias travessas (deixando mesmo atrás de si alguns becos sem saída) e, em parte, fazendo com que os complexos singulares, cujos momentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontram-se individualmente numa relação de não correspondência. (LUKÁCS, 1979, p.134. In: BONENTE, 2016, p. 39).

Segundo Fernandes (2012), as teorias da modernização reproduzem um paradigma de mundo moldado pelos EUA na pós-segunda guerra. Trata-se de um corpo teórico que surge como ciências sociais norte-americanas, porém reivindicando a universalidade de seu saber, no período em que EUA deixa de lado sua política isolacionista e assume sua hegemonia mundial. Esta demarcação dentro (ordenado e hierarquizado) e fora (anárquico) do Estado pelo princípio de soberania, decorre na circunscrição da vida política nos espaços territorialmente definidos criando a ilusão que a política e a economia podem ser estudadas de forma separada.

A industrialização era idealizada por estes autores como a chave mágica para o progresso generalizado para uma sociedade próspera e civilizada. Os capitalistas eram os sujeitos responsáveis pelo sucesso do empreendimento, em alguns casos o Estado tinha a função de auxiliar de forma de viabilizar as iniciativas. A difusão do progresso técnico permitiria desencadear o círculo virtuoso mediante o aumento da produção de riqueza. A continuação apresentaremos uma síntese das principais proposições destes autores.

Paul Narcyz Rosenstein-Rodan (1902 – 1985) de origem judia, nascido em Krácow, na Polônia. Se formou como economista na Austrália sob a tradição da escola austríaca. Em 1930 migra a Londres onde leciona na University College London e na London School of Economics até 1947. Trabalhou no Banco Mundial e posteriormente viajou a EUA onde deu aula no Massachusetts Institute of Technology e nas Universidades de Texas e Boston. Elabora sua teoria do *Big Push* em 1943, segundo a qual, as economias precisam de certa quantidade de investimentos que impulsionem a economia ao crescimento econômico.

Em 1940 se nacionaliza estadunidense e dá aula na Universidade de Columbia até sua morte em 1959. Em 1953 escreve um artigo intitulado *Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico*, coloca o debate em relação ao círculo vicioso da pobreza: os países são pobres porque o tamanho do mercado interno limita os investimentos devido à baixa expectativa de lucro, o que por sua vez diminui o nível de produtividade e em consequência produz uma menor acumulação de capital. O autor é preciso ter um investimento inicial suficiente para impulsionar o crescimento como se se tratasse de um avião que vai decolar.

O objetivo da industrialização das áreas internacionalmente deprimidas é produzir o equilíbrio estrutural na economia mundial por meio da criação de emprego produtivo para a população agrária excedente.¹⁰ (ROSENSTEIN-RODAN, [1943] 2010, p. 273).

No seu estudo sobre formas de industrializar áreas economicamente deprimidas, utiliza o exemplo de Europa do Este e Sudeste, procurando mostrar a superioridade do padrão de desenvolvimento capitalista. De acordo com o autor, existiriam duas formas de promover a industrialização: o modelo russo, focado na autossuficiência sem investimento estrangeiro, o que implicaria a necessidade de desenvolver todos os sectores industriais e por tanto, seria num prazo maior. O modelo alternativo seria se ajusta à DIT na qual, os países mais industrializados aportariam o capital e os bens de capital enquanto as regiões subdesenvolvidas aportariam a força de trabalho. O Estado deve ter a função de capacitar a mão de obra e de planificar a complementação industrial, já que é muito mais eficiente tentar desenvolver varias industrias ao unísson.

O economista Ragnar Nurkse (Estônia, 1907- Suíça, 1959), assim como Rosenstein-Roda influenciado pela Escola Austríaca se nacionalizou estadunidense e foi professor na Universidade de Columbia até sua morte. Segundo o autor, a indução ao investimento estaria limitada pelo nível de produtividade que é reduzido pela falta de capital; pelo que para ter um crescimento equilibrado, é preciso aplicar capital de forma sincronizada em varias áreas com o objetivo de ampliar o mercado. Para Nurkse, se a estrutura produtiva

¹⁰ Traduzido por mim. S.E.

for diversificada, seria comprovada a Lei de Say, e o comércio internacional seria mais eficiente se fosse respeitado o princípio de vantagens comparativas.

O autor critica o “efeito-demonstração”, isto é, o desequilíbrio entre consumo e produtividade, em detrimento de aumento dos investimentos. A proibição de exportação de bens de luxo ou semi-luxo poderia levar a industrialização por substituição de importações, contudo, segundo Nurkse a única forma de evitar este nocivo efeito é isolamento. Prebisch também vai criticar este efeito que vai adjudicar aos estratos superiores e denomina como *consumo imitativo* que consiste no consumo suntuário em lugar de destinar o excedente a investimento produtivo.

Sir William Arthur Lewis (1915-1990), economista britânico nascido nas Antilhas, doutor em economia pela London School of Economics em 1940. Professor das universidades de Londres, Manchester, West India y Princeton, assessor na Comissão Económica das Nações Unidas para Ásia e Extremo Oriente e presidente do Banco de Desenvolvimento do Caribe. Em 1979 recebe o prêmio Nobel de economia, compartilhado com Theodore W. Schultz, por seus trabalhos na área de Desenvolvimento Económico. Escreve em 1954 sobre *O desenvolvimento econômico com mão de obra ilimitada*, onde nega o pressuposto de pleno emprego e salienta a necessidade de acumulação de capital e melhor distribuição da renda entre as classes sociais. Segundo o autor, a chave para o aumento de produção estaria na expansão do setor capitalista, já que este é o responsável pela acumulação do excedente acompanhado de inovação técnica que permitirá novos investimentos.

“Praticamente toda a poupança provém daqueles que têm lucro ou rendas. A poupança dos trabalhadores é muito pequena. A classe média poupa alguma coisa...”¹¹ O setor capitalista é o que destina seus lucros provenientes dos investimentos (excedentes) à acumulação de capital. Por este motivo conclui que

¹¹ LEWIS Arthur. [1954] 2010, p. 414 (Traduzido por mim. S.E).

os países atrasados não sofreriam de falta de poupança, mas de um setor capitalista pequeno.

Se contarmos com uma oferta de mão de obra ilimitada a um salário real constante, o excedente capitalista deveria aumentar até o ponto em que a acumulação de capital se equilibre com o excedente do trabalho. Nos países com oferta de mão de obra “ilimitada” (como é o caso dos países subdesenvolvidos), coloca em risco a capacidade de acumulação de capital, para o qual o autor propõe as seguintes soluções: emigração de mão de obra nacional ou exportação de capitais.

Em sua obra *Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados*: uma tentativa de comparação, o economista russo nacionalizado estadunidense, Simon Kuznets (1901-1985), faz um estudo comparativo dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos na fase pré-industrial. Seu objetivo era testar a teoria do desenvolvimento por etapas, a partir de uma análise do nível de renda per-capita de algumas economias avançadas na Segunda Pós-guerra: EUA, Canadá, Austrália e Nueva Zelândia. Segundo Kuznets, os países que conseguiram se localizarem na vanguarda da economia mundial na segunda metade do século XX, teriam se desenvolvido no passado.

Não há situação comparável na história dos países economicamente desenvolvidos do Novo Mundo em que suas rendas per capita tivessem estado tão distantes das dos países líderes ou em níveis tão baixos como as dos países subdesenvolvidos atualmente.¹² (KUZNETS, [1954] 2010, p. 166)

O autor, que fora professor de da Universidade Harvard e ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1971, defendia que as nações desenvolvidas seriam modelos a seguir, por entender que estas teriam vivido processos de desenvolvimento antes das revoluções tecnológicas e econômicas e por tanto, se encontrariam há séculos entre as unidades mais avançadas de seu tempo.

¹² Traduzido por mim. S.E.

Enquanto muitos países subdesenvolvidos teriam sido herdeiros de civilizações antigas que já foram economicamente superiores no passado, mas teriam características que obstaculizariam a industrialização.

Como já foi apontado, a substância do desenvolvimento econômico moderno reside na adoção do sistema industrial - termo que denota a aplicação generalizada de ciência empírica aos problemas de produção econômica. (Idem, p. 169).

Além da diferença nas rendas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, Kuznets acrescenta instituições herdadas e a densidade populacional, já que nos países avançados as grandes populações seriam consequência e não causa do crescimento econômico.

O autor dá uma justificativa histórica e social para a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, na qual reforça de forma indireta a visão linear de progresso com base em dados empíricos de renda, que demonstrariam que os países avançados na atualidade, só se encontram nessa condição porque já vivenciaram os processos econômicos e sociais no passado. Reforça a industrialização como chave no processo de crescimento econômico e avanço social, partindo de uma visão dicotômica em que o desenvolvimento capitalista é avançado e as sociedades pré-capitalistas (e sua herança) seriam, não apenas atrasadas, mas um empecilho para o desenvolvimento.

Walt Whitman Rostow, (1916- 2003), economista estadunidense de ascendência judeu-russa. Seus pais eram comunistas, mas ele defenderá durante toda sua vida uma postura *anticomunista*. Professor nas universidades de Columbia, Oxford, Cambridge, Texas e Massachusetts Institute of Technology onde formou parte do Center of International Studies. Trabalhou como assessor de campanha do presidente John F. Kennedy, e integrou o Conselho de Segurança Nacional da Casa Blanca no mandato de Kennedy e Lyndon Johnson. Integrou também o Departamento de Estado, formou parte da Oficina de Serviços Estratégicos durante a segunda guerra mundial, a Comissão Económica para Europa (que aplicou o Plano Marshall), e o Comité Interamericano da Aliança para o Progresso.

Em sua obra, *As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista* (1961) o autor faz uma categorização de todas as sociedades da história moderna, sem levar em conta especificidades sociais, econômicas e culturais de acordo com a qual cada uma delas se encontra num determinado estágio de desenvolvimento: sociedade tradicional, pré-condições para o arranco, arranco, caminho a maturidade e era de consumo de massa, na qual os EUA seriam o modelo, caracterizado por um incremento na renda real pessoal, fazendo possível o consumo acima das necessidades básicas e modificando a estrutura da força de trabalho, majoritariamente urbana e especializada.

O arranco é definido como o intervalo durante o qual a taxa de investimento cresce de tal modo que aumenta o produto real per capita, proporcionando esse aumento inicial, transformações radicais nas técnicas de produção e na disposição dos fluxos de renda que perpetuam a nova escala de investimento e, assim, perpetuam também a tendência crescente do produto per capita.¹³ (ROSTOW, [1956], 2010, p. 181)

Rostow explica que existem dois tipos de sociedade, por um lado a sociedade tradicional agrícola, que poupa e investe produtivamente um pouco acima do necessário para cobrir a depreciação. Nesta sociedade, surge à ideia de progresso entre as classes privilegiadas que promovem uma série de transformações e inovações sociais que se difundem na sociedade. Em consequência, surgem as modernas empresas manufatureiras e a população começa a crescer, assim como a taxa de investimento produtiva.

Nas sociedades naturalmente ricas, com populações formadas por correntes migratórias de culturas modernas, onde foram superados os valores tradicionais que atrapalham o crescimento econômico, a facilidade de exploração das terras e dos recursos naturais pode levar a desestimular o crescimento industrial. O arranco pode ser desencadeado por três fatores: uma revolução política que modifique a distribuição do poder, uma inovação tecnológica que impulse a produção ou, uma mudança favorável no âmbito internacional, como a abertura do

¹³ Traduzido por mim. S.E.

mercado internacional. O processo de industrialização geraria lucros que seriam reinvestidos de forma permanente, mobilizando a poupança de através de instituições e disseminando novas técnicas. A transferência de renda de agentes oferentes a demandantes de recursos para investi-lo produtivamente, através do Estado e de agentes privados (bancos, mercado de capital, capital estrangeiro) é fundamental para o autor:

A noção de desenvolvimento econômico como algo que ocorre como resultado da transferência das rendas daqueles que gastam (entesouram ou emprestam) menos produtivamente para aqueles que gastam (ou emprestam) mais produtivamente é uma das mais antigas e fundamentais da economia. (Ibidem. p. 194).¹⁴

No seu artigo “O arranco para o crescimento autossustentado” (1956) o autor, explica que a decolagem, consistiria num breve período de crescimento elevado que desencadeariam determinadas transformações na sociedade que possibilitariam o crescimento espontâneo de forma permanente. Estas mudanças seriam levadas a frente por setor da sociedade com vontade e autoridade, que não está no poder, mas que ao promover as transformações e novas técnicas de produção expandiria seu poder. As elites empreendedoras seriam as responsáveis o levar o processo de industrialização adiante.

O que parece ser necessário para o surgimento dessas elites não é somente um sistema de valores próprios, mas duas outras condições: em primeiro lugar, a nova elite deve sentir que os caminhos convencionais que levam ao prestígio e ao poder lhes são negados pela sociedade tradicional de que faz parte; em segundo, a sociedade tradicional deve ser suficientemente flexível (ou fraca) para permitir que seus membros busquem o progresso material (ou poder político) como via ascendente à conformidade. (Idem. p. 199).

Uma vez que se produz o arranco, o crescimento dos setores manufatureiros com produtividade elevada aumenta o produto e a renda per capita, permitindo que exista excedente a ser reinvestido. Uma vez que a sociedade consegue aplicar de forma eficiente seus recursos, o crescimento estaria garantido.

¹⁴ Como veremos no próximo capítulo Prebisch também defendia a transferência de renda através do Estado do excedente resultante da exportação do setor agropecuário para investimento industrial.

Em síntese, Rosenstein-Rodan e Rostow concordam na necessidade de existir um investimento inicial grande o suficiente para superar as tendências ao atraso que obstaculizam o despegue. Alguns dos elementos avaliados pelos autores como empecilho para a industrialização e por tanto, o desenvolvimento são: a oferta de mão de obra ilimitada (Lewis), os mercados nacionais reduzidos (Nurkse) e a existência de instituições (herdadas da colônia) atrasadas (Rostow). Muitos destes obstáculos eram identificados como tal nas economias latino-americanas pela CEPAL na década de 1950 e 1960, na visão de Bielschowski, as teorias da Comissão cumpriram o mesmo papel que as teorias da modernização, a nível regional:

A teoria cepalina cumpriria com esse papel na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão seguindo a estela ideológica da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, seria a versão regional das teorias do desenvolvimento. (BIELSCHOWSKI, 1998, p. 18)

Dando continuidade à apresentação do debate sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência, na próxima sessão do capítulo faremos uma exposição do pensamento da CEPAL a partir da compreensão, fundamentalmente de Ricardo Bielschowski.

1.2

Desenvolvimento como estratégia: Estruturalismo da CEPAL

A perspectiva do desenvolvimento como projeto parte de uma ontologia e epistemologia do empirismo lógico por se basear principalmente em casos de países que conseguiram se desenvolver de forma retardatária. Friedrich List, autor da Escola Histórica Alemã, escreve sobre o processo de industrialização no seu país e reconhecendo a influência de Hamilton que escreve sobre o desenvolvimento nos Estados Unidos no final do século XVII. Estas são as proposições que os autores desenvolvimentistas tomam como referência teórica e política. A industrialização para o desenvolvimento é a fórmula comprovada empiricamente e por tanto esse deve ser o caminho seguido para estes autores. Por tanto, o desenvolvimento como projeto, é o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Em sua obra Sistema Nacional de Economia Política (1841) List, se propõe estudar as políticas econômicas para promover o desenvolvimento econômico através da industrialização. O Estado-Nação para o autor seria um todo homogêneo que procura o bem comum, afirmando seu poder interna e externamente e garantindo o crescimento econômico. O autor foi um dos promotores da união aduaneira entre Áustria e Prússia, a qual colocava barreiras ao comércio como medida de proteção da indústria nacional e fomentava a criação de um mercado interno que sentaria as bases da unificação política da Alemanha. Os autores que compartilham este enfoque partem de preocupações pragmáticas locais ou regionais de seu tempo, teorizando de forma concreta a partir do estudo de processos históricos e utilizando o método empirista.

Esta perspectiva do desenvolvimento entende que não se trata de um processo espontâneo. O Estado deve orientar e regular a economia para o qual se torna fundamental a proteção da indústria nacional, em especial, no período inicial. A

promoção e proteção das novas indústrias seriam viabilizadas pela construção de um mercado interno e a promoção de obras de infraestrutura por parte do Estado, em especial na área de transporte. Desta forma se consolidaria a economia nacional e posteriormente o comércio exterior. Indo no contrassenso da teoria ortodoxa que coloca ao comércio exterior como a via para a diminuição das desigualdades entre as economias nacionais. De forma que na perspectiva do autor, o Estado não é apenas expressão de interesses dominantes, preserva certa autonomia para promover um projeto político que beneficie o coletivo.

Com base na história, demonstramos que a unidade da nação constitui a condição fundamental de uma prosperidade nacional douradora; mostramos também que as nações só têm conseguido chegar ao desenvolvimento harmônico de suas forças produtivas onde os interesses dos indivíduos foram subordinados aos interesses da nação. (Op. Cit. p. 115).

O desenvolvimento como estratégia se cristalizou na periferia como a *estratégia desenvolvimentista* impulsionada pela CEPAL entre os anos 1950 e 1960. Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), nossa região teria uma inserção periférica no sistema internacional como produtor de matérias primas cuja demanda internacional seria pouco dinâmica. Importadora de manufaturas do centro, assimiladora de padrões de consumo e tecnologias criadas por e pelos países industrializados, seriam os principais traços do modelo primário exportador “para fora”. A heterogeneidade estrutural, o excesso de população e a reduzida dimensão do mercado interno teriam impedido o avanço econômico da região bem como de suas condições sociais, o que decorria numa forte vulnerabilidade externa e dependência da dinâmica imposta pelos centros industriais na economia internacional.

Podemos dizer que a perspectiva de Prebisch guarda certa relação com a perspectiva da Escola Histórica Alemã, embora o autor não a reivindicasse. A principal similaridade com esta Escola seria a noção de que a Indústria seria fundamental para atingir o desenvolvimento, que precisa ser autônomo, um desenvolvimento com caráter nacional ou regional em contraposição às potências do momento. Para Alemanha e Estados Unidos, a potência com a qual competiam

era Inglaterra e seu processo de desenvolvimento seria diferente do que esta teve. Da mesma forma, América Latina enquanto periferia devia pensar seu desenvolvimento diferente do desenvolvimento dos centros, porque estes moldam o Sistema Internacional.

Segundo Ricardo Bielschowski, a CEPAL contribui à história das ideias econômicas como um corpo analítico específico, com um enfoque metodológico próprio, histórico-estruturalismo, de análise da realidade da periferia a partir de suas especificidades e condicionantes estruturais internos, aos que propõe possibilidades de atuação estatal. Ainda segundo o autor, a CEPAL avaliaria que os países primário-exportadores “para fora” teriam feito uma transição ao modelo urbano industrial “para dentro”. América Latina seria produtora de bens e serviços com uma demanda internacional pouco dinâmica e importadora de manufaturas, assimiladora de padrões de consumo e tecnologias adequadas para os centros. Sua estrutura socioeconômica determinaria um modo singular de industrialização, introdução do progresso técnico, de absorção da força de trabalho e distribuição do ingresso.

Ainda segundo o autor, existiriam distintas etapas de pensamento da instituição, em torno de “ideias-força” ou mensagens. Por coincidência, cada etapa durou aproximadamente um decênio:

- a) Origens e anos cinquenta: Industrialização;
 - b) Anos sessenta: “reformas para desobstruir a industrialização”
 - c) Anos setenta: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora;
 - d) Anos oitenta: superação do problema do endividamento externo mediante o “ajuste com crescimento”;
 - e) Anos noventa: transformação produtiva com equidade.
- (BIELCHOWSKY, 1998, p. 12)

Em 1949, Raúl Prebisch escreve o que mais tarde seria conhecido como o manifesto da CEPAL: *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns*

dos seus principais problemas. Ao igual que alguns teóricos da modernização parte da crítica às teorias clássicas do comércio internacional, as quais se baseia na divisão internacional do trabalho, segundo a qual, os países latino-americanos se inserem como produtores de matérias primas. Em consequência, a produtividade na América Latina é baixa, o que não permitiria ter uma margem de poupança suficiente para investimento produtivo. Tornando necessário o ingresso de capital estrangeiro para romper o *círculo vicioso* e com o tempo, aumentar o excedente de forma com que seja possível substituir o capital estrangeiro por nacional.

Existem algumas similaridades entre a problematização dos teóricos da modernização e de Prebisch, durante o período que fazia parte da CEPAL. A necessidade de investimento inicial para acionar o círculo virtuoso da industrialização: produtividade-acumulação-investimento. A perspectiva de que esta é suficiente para levaria à sociedade a um nível melhor de vida generalizado, subjugando todas as áreas à esfera econômica. Neste período, o autor estava mais preocupado com reduzir a brecha da desigualdade entre o centro e a periferia do que internamente nos países, porque entendia que a redistribuição de ingressos poderia ser contraproducente ao “propósito social” da industrialização ao dificultar a acumulação.

Segundo Bielschowsky (1998) três elementos incidiram no pensamento cepalino na época de 1960: 1. O crescimento persistente, porém, instável e com restrição externa. 2. O êxodo urbano e a formação de favelas. 3. O impacto político-ideológico da revolução cubana e a reação dos Estados Unidos através do Macarthismo. A polarização política cresce com o aumento dos problemas sociais, a industrialização não levou ao desenvolvimento como esperado, e por tanto se faz necessária uma reavaliação das propostas do organismo. Esta avaliação leva à proposta de instaurar reformas na estrutura social e na distribuição dos ingressos em particular a partir de uma reforma agrária, o que foi feito em vários países de América Latina.

Na década de 1970 segundo Bielschowsky, as ideias da CEPAL perdem poder de influência no continente e se evidencia uma retomada da ortodoxia como consequência do avanço do neoliberalismo. Promove-se desde a Comissão um novo estilo de crescimento baseado na modalidade de industrialização combinada mercado interno e promoção à exportação. Nos anos 1980 perante a crise da dívida a ideia força das produções da CEPAL era o ajuste com crescimento. A escassez de divisas principalmente para pagar o serviço da dívida; leva à promoção de entrada de capitais estrangeiros e o estímulo ao mercado interno. Nos anos 1990 a CEPAL defende a transformação produtiva com equidade social, enfatizando a necessidade de remediar o baixo dinamismo e insuficiência de mercado assim como as problemáticas sociais,

A seguinte sessão busca analisar as principais contribuições da Teoria da Dependência ao debate. Esta perspectiva parte da compreensão Cepalina de desenvolvimento trazendo novos elementos para o análise.

1.3

Crítica ao desenvolvimento: Teoria da Dependência

As teorias da modernização consistem em teorias que enxergam a falta de desenvolvimento como consequência de problemas internos dos países, seja mão de obra ilimitada, mercado interno reduzido, deficiência de acumulação de capital. Alguns deles têm perspectiva histórica e levam em consideração questões sociais, contudo, como as dificuldades são internas, as propostas são direcionadas apenas a solucionar estas questões, que, aliás, são as mesmas em todos os países pobres, na perspectiva destes teóricos. A CEPAL, embora tenha elementos comuns na análise com as teorias da modernização, entende que a origem das questões é externa, isto é, a inserção internacional dos países determina o lugar que ocupam e a função que desempenham na Divisão Internacional do Trabalho.

A CEPAL elabora ao longo das décadas, uma teoria histórico-estrutural para explicar como se conformou o sistema internacional que deu lugar a essa organização de poder internacional. Contudo, as propostas da CEPAL são maioritariamente políticas públicas, ou seja, medidas internas dos Estados. O incentivo à industrialização seria o caminho para modificar ou melhorar a inserção internacional da periferia. No que refere ao próprio sistema internacional, as críticas e reivindicações são limitadas, o que torna o argumento contraditório: se a origem do problema do desenvolvimento esta na inserção do sistema internacional, a solução não pode ser apenas no âmbito doméstico.

As teorias da dependência debatem com a CEPAL e seus autores e defendem que existem obstáculos externos, relativos à inserção internacional e obstáculos que foram interiorizados tornando à periferia dependente, limitando suas possibilidades de desenvolvimento. O desenvolvimento dos centros e o subdesenvolvimento da periferia como diriam Furtado na sua obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1964) seriam duas fases da mesma

moeda e por tanto, dois fenômenos que pertencem à mesma realidade e que são o produto do mesmo processo: o desenvolvimento capitalista.

A corrente marxista da dependência tem seus principais expoentes em Ruy Mauro Marini (Barbacena, 1932- Rio de Janeiro, 1997), Andre Gunder Frank (Berlin, 1929- Luxemburgo 2005) que foi orientando de Milton Friedman na sua tese de doutorado na universidade de Chicago, Theotônio dos Santos (Carangola 1936) e Vânia Bambirra (Belo Horizonte, 1940- Rio de Janeiro, 2015). Todos eles professores da Universidade de Brasília na década de 1960. Marini, Bambirra e Dos Santos foram fundadores da organização política Organização Revolucionaria Marxista – Política Operaria (ORM-Polop) e exiliados em Chile e México durante a ditadura militar de 1964.

O marco histórico do surgimento de uma “teoria da dependência” teve três elementos essenciais: a Revolução Cubana de 1959, as primeiras manifestações da crise na América Latina e o golpe militar no Brasil em 1964. Os sinais de desgaste do ciclo desenvolvimentista deveriam ser segundo Ruy Mauro Marini (1992), uma crise de acumulação (que se manifesta na redução da capacidade de importar) e realização da produção como consequência da fundamentação da industrialização na velha economia exportadora, sem fazer reformas estruturais. Na maioria dos países da região, a política de substituição de importações operou sobre a base da demanda pré-existente.

O capital estrangeiro que podia viabilizar a continuidade deste modelo ingressa nos países desde os anos 1950 e neste período permitiram acelerar a industrialização especialmente no Brasil. Segundo os autores da teoria marxista da dependência, a industrialização por substituição de importações após a segunda guerra mundial se deu principalmente nos países nos quais já existia certo desenvolvimento das forças produtivas, que corresponderiam aos países considerados por Vânia Bambirra como países do tipo A (Argentina, Brasil,

Colômbia, Chile, México e Uruguai) constituindo a base de uma retomada de disputas por projeção hegemónica em nível regional.

Os motivos pelos quais se dá a expansão da industrialização na primeira parte do século XX em alguns países latino-americanos, segundo a autora seriam dois: aumento da produção de matérias primas para satisfazer as demandas da nova fase do processo produtivo do centro e a necessidade de expansão do mercado interno para absorver as manufaturas do centro. Os países que não se industrializaram previamente à Segunda Guerra Mundial seriam denominados como “países do tipo B” na tipologia estabelecida por Bamberger. Nestes países, a industrialização teria se dado integralmente sob a égide do capital estrangeiro durante o período entre 1930 e 1950.

As principais críticas da vertente marxista da corrente interpretativa da realidade latino-americana conformada pelas teorias da dependência à teoria desenvolvimentista e à estratégia que denomina democrático-burguesa que pode ser resumida em dois aspectos: por um lado, a crítica contra a proposta de que a industrialização na América Latina seria a solução para o subdesenvolvimento, por outro, a crítica à negação da possibilidade da revolução socialista como superação histórica da dependência. A qual seria caracterizada por Marini (2005) como uma relação de subordinação própria da forma como o capital se internacionaliza de maneira cada vez mais integrada e intensificada.

Segundo Andre Gunder Frank, a sociedade latino-americana é resultado da expansão mundial do mercantilismo -capitalismo – imperialismo, entendendo ao capitalismo a partir das continuidades do modo de produção ao longo da história e não a partir das especificidades das relações de produção em suas diversas fases¹⁵. De acordo a esta definição, o subdesenvolvimento é, o produto histórico da economia passada e atual assim como das relações entre os satélites subdesenvolvidos e os atuais países metropolitanos desenvolvidos. Estas relações

¹⁵ FRANK (1963).

são parte essencial da estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista à escala mundial.

As relações metrópole-satélite não se limitam ao âmbito internacional, mas se reproduzem ao interior dos países estruturando a vida económica, política e social. O desenvolvimento da metrópole subordinada está limitado pela sua condição de satélite e o desenvolvimento dos satélites só foi possível nos momentos da história em que a influência da metrópole se debilita. De esta forma conclui que o atual subdesenvolvimento na América Latina é resultado de sua participação no processo de desenvolvimento capitalista mundial¹⁶. Sua aparente estrutura social dual (como defendia a tese burguesa) é apenas o produto das relações metrópole-satélite a nível internacional e ao interior de cada país. Em consequência, a saída histórica para América Latina proposta por Frank se opõe à aliança entre classes para desenvolver o capitalismo, o que criaria as condições históricas necessárias para uma revolução socialista.

Ruy Mauro Marini escreve em 1973 a *Dialética da Dependência*, a qual foi escrita no marco dos debates sobre dependência e não com o objetivo de ser publicada, mas tem a qualidade de condensar os principais argumentos do autor sobre a temática. Para Marini, a dependência é,

(...) uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada. (...) o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional. (TRASPADINI et. al., 2011, p.32).

A inserção de América Latina enquanto colônia ao mercado mundial, finais do século XX, providenciando matérias primas e meios de pagamento (metais preciosos) a Europa, permitiram o desenvolvimento do capitalismo comercial abrindo o caminho para o surgimento da grande indústria. A primeira revolução

¹⁶ Frank (1968)

industrial que coincide com a independência formal das colônias resulta na gravitação dos novos países em torno de Inglaterra exportando matérias primas e importando produtos manufaturados. Segundo Marini,

(...) é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, [1973] 2011, p.134)

A contribuição de América Latina com produtos agrícolas destinadas ao consumo da classe operaria e urbana europeia e das matérias primas para a indústria teria permitido, segundo o autor, o aprofundamento da Divisão Internacional do Trabalho e o salto qualitativo na forma de acumulação dos países industriais de produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa. O que a CEPAL chama de deterioro dos termos de troca, Marini o analisa como transferência de valor e esta se dá de dois modos: um, pelo intercambio de mercadorias de diferente composição organiza do capital, que faz com que os países industriais se apropriem da ganancia extraordinária; dois, as nações industriais produzem produtos que as nações dependentes não produzem ou pelo menos não com a mesma eficiência o que faz com que as primeiras determinem os preços dos produtos manufaturados que vendem à periferia.

Como forma de compensar a transferência de valor, as nações dependentes procuram incrementar a massa de valor intercambiado seja através de aumento na extração de mais-valia absoluta ou relativa. Esta transferência de valor, agudizaria a exploração da força de trabalho mediante um rebaixamento estrutural do salário em relação ao valor da força de trabalho, o que o autor denomina como, *superexploração da força de trabalho*. Dado que a produção exportadora não era orientada pelo mercado interno, Marini observa que existiria uma dissociação entre a esfera de produção e a esfera de circulação (ou realização) destas mercadorias, fazendo com que a exploração neste setor da economia tenda a incrementar. Em decorrência, existiriam dois níveis de demanda interna, o consumo dos trabalhadores e o consumo dos capitalistas.

Em relação ao processo de industrialização latino-americano, o autor entende que embora durante o período de entre guerras, devido a fatores externos existia uma demanda pré-existente a ser satisfeita, num segundo momento, uma vez que se equipara a oferta com a demanda esta chega ao limite. A separação entre a esfera de produção e consumo nas economias dependentes é compensado com uma ampliação do consumo das capas medias e um aumento da produtividade do trabalho a fim de baratear as mercadorias. O avanço no processo de industrialização torna necessário o ingresso de bem de capital e investimento estrangeiro o que leva a uma reconfiguração da DIT na qual a periferia produz algumas manufaturas, enquanto os centros continuam responsáveis pelas etapas mais avançadas do processo.

O autor mais reconhecido no debate sobre a dependência é Fernando Henrique Cardoso, ex-professor da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e ex-presidente da República Federativa do Brasil entre 1994 e 2002. Na obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967), escrita em conjunto com Enzo Faletto, os autores definem a dependência como expressão política das relações externas na periferia, próprias do modo de produção capitalista no âmbito internacional. A dependência seria, em sua opinião, uma situação, não uma estrutura:

Por conseguinte, a situação de dependência, na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. (Cardoso, 1967, p. 43)

Os autores se apresentam como superação das análises “economicistas” da CEPAL e do “voluntarismo político” da perspectiva radical que apontava a revolução socialista. Partem de uma análise histórica da constituição da nação, enquanto processo político e social no qual identificam três períodos: a primeira fase de desenvolvimento para fora até a década de 1930, a segunda o desenvolvimento para dentro, até 1950 e a terceira, a internacionalização do

mercado interno, correspondente ao desenvolvimento dependente e associado a partir de meados da década de 1950.

A terceira fase começaria com a crise desenvolvimentista e se caracterizaria pela entrada de capitais estrangeiros, que os autores chamam de internacionalização do mercado interno dando lugar a um novo tipo de dependência que levaria ao desenvolvimento. Esta vai se caracterizar por um crescente controle dos sistemas econômicos das nações dependentes por grandes unidades produtivas monopólicas internacionais. Perante esta situação, a saída histórica estaria dada por um desenvolvimento dependente e associado já que a burguesia local não é mais a força social ativa.

Nesse capítulo apresentamos o debate sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência em que Raúl Prebisch elabora suas formulações. Ele contribui no debate ao mesmo tempo em que incorpora elementos de outras teorias em seus trabalhos, como veremos no próximo capítulo em que procuramos articular vida e obra do autor.

O desenvolvimento como estratégia. Principais aportes teóricos de Raúl Prebisch.

Raúl Prebisch escreve em 1984 um artigo em que faz uma cronologia de sua vida e obra, *Cinco etapas de meu pensamento sobre desenvolvimento*, em que analisa suas principais concepções avaliando a si mesmo em retrospectiva e relacionando-as com o período da vida de forma autobiográfica:

(...) a inícios dos anos quarenta, tentei durante vários anos derivar certas concepções teóricas de minha experiência. Esta foi a primeira etapa, antes da CEPAL. A segunda e a terceira etapa aparecerão durante minha cooperação com a CEPAL, e a quarta se relaciona com meu trabalho na UNCTAD. Por último, a quinta etapa corresponde a um período final em que, livre de responsabilidades executivas pela primeira vez em muitos anos, tenho conseguido revisar e desenvolver sistematicamente meu pensamento.¹⁷ (PREBISCH, 1984, p.13)

Em contraste, no artigo *Raúl Prebisch (1901-1985) Um percurso pelas etapas do seu pensamento sobre desenvolvimento econômico* (2012), os intelectuais da CEPAL Osvaldo Sunkel, Esteban Pérez Caldentey e Miguel Torres Olivos, apresentam, no marco do resgate do autor por parte da Comissão, uma cronologia da vida e obra do autor que difere do original:

As seis etapas são: (1) etapa na Argentina (1919-1943); (2) o conhecimento de América Latina e a concepção do sistema centro periferia (1943-1949); (3) primeira etapa na CEPAL (final da década de 1940 e década de 1950); (4) segunda etapa na CEPAL (final da década de 1950 e inícios da década de 1960); (5) etapa de criação e direção da UNCTAD (1963 e começo da década de 1970) e (6) Etapa na Revista da CEPAL (1976-1986). (CALDENTY, OLIVOS, SUNKEL, 2012, p. 7)

¹⁷ Traduzido por mim. S.E.

Segundo Prebisch, a primeira etapa de seu pensamento sobre desenvolvimento prévio à CEPAL foi marcada pelo impacto da crise de 1929 na sua convicção nas teorias neoclássicas. Trabalhou no ministério de Fazenda, foi o primeiro diretor do Banco Central da Argentina e foi docente na Universidade de Buenos Aires. Os autores da CEPAL chamaram esta etapa, na sua cronologia *A etapa na Argentina (1919-1943): preponderância da análise do ciclo económico e as políticas para mitigar seu impacto*, fazendo referência à análise do autor da vida econômica da Argentina. Partia da convicção de que os ciclos econômicos são naturais, caracterizados por fases de auge e declive e tinha sua origem em fatores externos, como as transferências de capital que seu país recebia de Grã-Bretanha.

Segundo os autores da CEPAL, *A crítica à teoria económica e o conhecimento de América Latina (1943-1949)* corresponderia à segunda etapa do pensamento do autor, prévio a seu ingresso na Comissão. Neste período, teria se dedicado à docência e a seu labor como consultor internacional na reforma da banca na Venezuela, Paraguai e República Dominicana. Em relação a sua perspectiva teórica, começa a se afastar das teorias neoclássicas por entender que se encontrava pressas a noção de equilíbrio, o que implicava divorciadas da realidade. Apesar de estudar Keynes e ter muitos pontos em comum com o economista britânico, entendia que suas teorias padeciam o mesmo defeito que as neoclássicas.

A segunda etapa no seu artigo autobiográfico corresponde a seu trabalho na CEPAL, onde começara a desenvolver sua noção de centro e periferia a partir da teoria de ciclos econômicos, estudara a deterioração dos termos de intercâmbio e o papel estratégico do progresso técnico.

Meu ingresso na Comissão Econômica para América Latina das Nações Unidas, em 1949, aconteceu quando minhas ideias estavam chegando à maturidade, de modo que pude cristalizar em vários estudos publicados a princípios dos anos cinquenta, onde tente apresentar um diagnóstico dos problemas e das sugestões políticas que serviriam como opções às propostas da escola ortodoxa. Devido ao horizonte mais amplo que permitiriam minhas novas responsabilidades, estes estudos não

se aplicavam apenas à Argentina, mas ao conjunto da América Latina. (PREBISCH, 1984, p.14)

Trata-se da terceira etapa para os autores da Comissão à qual denominam: *A época da CEPAL e a exportação do modelo cepalino (1950-1963)*. Durante este período, Prebisch sentaria as bases conceituais da sua teoria sobre desenvolvimento, fazendo uma forte crítica ao comércio internacional, o que o teria aproximado dos teóricos da modernização:

Neste sentido as ideias de Prebisch se assemelhavam fortemente às de outros economistas da época como Ragnar Nurske (1907-1959), William Arthur Lewis (1915-1991), Gunnar Myrdal (1898-1987) e Paul Rosenstein-Rodan (1902-1985), que seriam considerados mais tarde como os pioneiros da teoria do desenvolvimento. (CALDENTY, OLIVOS, SUNKEL, 2012, p. 14).

Durante a quarta etapa, Prebisch teria focado em outros dois relevantes: o caráter subdesenvolvido da estrutura interna que coloca entraves ao processo de industrialização e difusão do progresso técnico na periferia e a complexidade do processo de desenvolvimento, que impõe a necessidade de intervenção estatal para a superação de barreiras estruturais. No mesmo período, teria criticado e reformulado sua teoria sobre desenvolvimento como consequência dos limites demonstrados na prática, entendido pela Comissão como estrangulamento externo. Os autores fazem referência à conferência de Quintandinha em 1956, onde a ideia central foi a cooperação internacional e que teve como resultado a criação em 1958 do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nos anos 1950 é criado o Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico, em resposta à demanda por parte dos países da região de um Plano Marshall de ajuda ao desenvolvimento. A Revolução Cubana em 1959 “instalou em forma aguda a Guerra Fria na região.”¹⁸ No início dos anos 1960 o governo de Estados Unidos, apresentou aos governos da região a proposta de Aliança para o Progresso, iniciativa na qual a CEPAL (em particular Prebisch) e a OEA participaram ativamente. Em 1962, o Fundo promoveu a criação do

¹⁸ CALDENTY, OLIVOS, SUNKEL, 2012, p. 19

Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES) cuja direção ficou a cargo de Prebisch e que tinha o objetivo de promover a pesquisa e brindar assessoria em conjunto com as comissões econômicas e regionais. No mesmo ano, surgiu um novo compromisso para Prebisch:

(...) em 1962 foi requisitado pelos mais altos diretivos das Nações Unidas e por numerosos países, sobretudo do chamado então Terceiro Mundo, para criar e assumir a direção da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), organismo com um campo de ação mundial, com sede em Genebra, que representava uma ocasião estupenda para levar suas ideias ao nível global. (PREBISCH, 1984, p. 20).

Segundo os autores, com Prebisch na direção da UNCTAD se levaria a frente uma globalização da estratégia de desenvolvimento esboçada pela CEPAL ao mundo. O elemento central desta estratégia era promover o aumento de matérias primas para financiar as importações e expandir a produção e exportação de manufaturas.

A terceira etapa para Prebisch, na sua cronologia corresponde à finais da década de 1950 e inícios de 1960 onde reflete sobre o esgotamento do Programa de Substituição de Importações e percebe que a desigualdade de renda e de posse da terra são empecilhos para o crescimento econômico.

Até esta etapa não tinha prestado atenção suficiente ao problema das disparidades de renda, a exceção do obsoleto sistema de posse de terras. Não tinha considerado com deferimento, nos primeiros anos da CEPAL, o fato de que o crescimento não tinha beneficiado as grandes massas da população de ingressos baixos, enquanto no outro extremo da estrutura social floresciam os ingressos. É possível que esta atitude fosse vestígio de minha anterior postura neoclássico, onde eu entendia que o crescimento económico corrigiria por si só as grandes disparidades do ingresso a través da ação das forças do mercado. (PREBISCH, 1984, p.20).

A quarta refere a seu trabalho na UNCTAD onde se orientou aos problemas de cooperação internacional e à elaboração de recomendações de política econômica que constituíram o ponto de partida para os debates dos Estados membros.

Um dos argumentos principais dos países desenvolvidos era que os países em desenvolvimento deveriam tomar medidas adequadas para a solução de seus próprios problemas de desenvolvimento interno. Longe de dissentir desta ideia saliente

a necessidade de uma estratégia global, baseada em responsabilidades conjuntas, objetivos comuns e medidas convergentes para tal efeito. (Idem, p. 21)

Apesar de defender a necessidade da cooperação internacional, Prebisch reconhece que não teve sucesso, já que “o Norte” não estava disposto a agir sem que antes, os países em desenvolvimento levaram a frente as reformas estruturais.

A quarta etapa dos autores cepalinos (1976-1986), corresponde aproximadamente com a sexta etapa que Prebisch estabelece na sua biografia (1968-1984). Durante este período, reformula sua teoria focando na caracterização do capitalismo periférico.

A industrialização na periferia aconteceu com grande atraso histórico (durante sucessivas crises nos centros). Isto evidenciou as tendências da periferia a imitar a os centros, a crescer à imagem e semelhança (...). Tratamos de adotar suas tecnologias, e seus estilos de vida, seguir suas ideias e ideologias (...). Todo isto penetrou na estrutura social da periferia que ficou consideravelmente atrasada em relação à estrutura avançada dos centros e gerou mutações consideráveis, acompanhadas de contradições cuja aclaração tem suma importância. (CALDENTY, OLIVOS, SUNKEL, 2012, p. 23).

A periferia não teria conseguido acabar com o isolamento herdado do antigo padrão de DIT, o que provocou a concentração da indústria e do comércio mundial nos centros, motivo pelo qual critica as políticas liberais de comércio mundial que perpetuam a hegemonia tecnológica e econômica dos centros.

Em 1976 Prebisch assume a direção da Revista da CEPAL onde desenvolve novas pesquisas acrescentando temas como meio ambiente e onde conclui, segundo os autores da CEPAL que “não é possível sustentar um padrão de desenvolvimento na dinâmica do capitalismo periférico.”¹⁹ Esta ideia não era nova, desde os teóricos da dependência na década de 1970 tinha sido colocado em debate e

¹⁹ CALDENTY, OLIVOS, SUNKEL, 2012, p. 24.

alguns autores da própria Comissão, como Celso Furtado, já teriam refletido ao respeito²⁰.

A continuação, apresentaremos nossa leitura das formulações do autor a partir de seus textos, contextualizados na biografia escrita por Dosman, além de alguns documentos auxiliares, com o objetivo aprofundarem nossa compreensão do autor e de sua obra.

²⁰ FURTADO, C. (1974)

2.1

Raúl Prebisch antes de Santiago

Raúl Federico Prebisch nasceu em 17 de abril de 1901 na província de Tucumán, ao norte de Argentina. A sua mãe, Rosa Linares Uriburu tinha raízes familiares na antiga ordem colonial espanhola por parte dos Linares, enquanto os Uriburu pertenciam à oligarquia da nova república de Argentina. Apesar de que a família nuclear de Rosa não fosse rica e de que ela se emancipa cedo para casar com um imigrante alemão, Albin Prebisch. A família de Raúl era de classe média o que lhe permitiu se formar em ciências econômicas na Universidade de Buenos Aires, no curso de contabilidade.

Segundo Dosman, Prebisch começa a formar sua visão de mundo durante este período, se aproxima do socialismo, mas se define em grande medida como um liberal. “Raúl concluiria que uma elite tecnocrática poderia dirigir um processo de reforma, usando o Estado como instrumento de mudança e não como ferramenta de classe ou de interesses pessoais.”²¹ Na sua perspectiva o país precisava de uma elite racional administrativa para modernizar o setor público e integrar o governo com cargos definidos a partir de meritocracia.

A início dos anos 1920 a Sociedade Rural Argentina (SRA) pede a Eleodoro Lobos, diretor da faculdade, advogado influente que tinha sido ministro de fazenda e de agricultura, a sugestão de um economista para sua sede de Buenos Aires, à qual Lobos sugere a Prebisch. A SRA, segundo Dosman, era uma entidade que fazia lobby para os maiores criadores de gado e seus associados integravam a elite mais seleta do país. Raúl trabalha um tempo para dita Associação, porém é demitido sem aviso por não conformar com seu trabalho. Contratado como consultor pelo ministério de Fazenda viaja para Austrália e Nova Zelândia.

²¹ DOSMAN, E. , 2011, p. 63.

Posteriormente trabalha como subsecretário no ministério da Fazenda, onde é demitido e recontratado e em 1925 é nomeado professor de economia política, apesar de não ter doutorado, pela Universidade de Buenos Aires. Posteriormente trabalha no Departamento Nacional de Estadísticas quando a SRA o procura novamente para uma missão nos Estados Unidos como assistente do diretor, Luis Duhau.

O papel de Raúl durante a viagem foi preparar documentos de apoio e discursos para Duhau, marcar reuniões com representante do Departamento de Estado e do Departamento de Agricultura, assim como com funcionários do Congresso e legisladores, além de estar sempre por perto para fazer traduções e acompanhar pronunciamentos à imprensa, se necessário. (DOSMAN, 2011, p. 81).

A viagem foi um sucesso e continua trabalhando na SRA até 1927, em que novamente é demitido. Na primeira oportunidade, elaborou um relatório cujos resultados não conformaram a Associação por “não se tratar do documento dócil e corroborante que os diretores da entidade esperavam.”²² Desta vez, “foi condenado como propaganda do mais poderoso grupo de interesses da Argentina.”²³ Segundo Dosma, estes dois antecedentes não eram nada positivos para a carreira de Prebisch:

O pior é que Raúl não só estava criando fama de oportunista, de alguém que fica pulando de galho em galho, como também começava a ser identificado com a oligarquia conservadora por causa de suas ligações pessoais com os membros mais visíveis da Sociedade Rural, Ernesto Bosch, Enrique Uriburu e Luis Duhau. (Ibidem, p. 84).

Em 1930, o geral José Felix Uriburu, primo em segundo grau da mãe de Prebisch deu um golpe de estado (após duas tentativas) a Yrigoyen que foi detido e preso na Ilha Martin Garcia. O golpe teve, além do apoio civil, o anúncio de Alejandro Shaw, decano dos banqueiros argentinos a garantia do empréstimo de um milhão de pesos ao novo governo. Da mesma forma, o embaixador norte-americano, John Barrett que apoia o progresso que o novo governo traria. Prebisch foi convocado pelo governo militar a ocupar o cargo de subsecretário de Fazenda ao qual Raúl

²² Idem, p. 70

²³ Idem, p. 84

aceitou com grande alegria, segundo Dosman. A economia estava em crise e “Raúl atacou o problema com políticas ortodoxas bem conhecidas, praticadas em outras capitais ocidentais, com um pacote de ajuste projetado para atrair novos capitais e estabilizar a economia, preparando-a para uma melhora nos mercados internacionais.”²⁴

Alguns dias depois de tomar o poder, Uriburu suspende a vigência da Constituição e dissolve o congresso e instituído a repressão e a ditadura. No mesmo período Estados Unidos²⁵ e Grã-Bretanha²⁶ restringem suas importações de carne e outros setores da economia mostram sinais de alarma. Em 1931, pela pressão da oposição o governo militar chama a eleições esperando uma vitória, mas a derrota os obriga a desconhecer a consulta aumentando a tensão política. O ministro de Fazenda renúncia, mas Prebisch fica até 1932, quando o novo presidente o geral Agustín P. Justo nomeia um novo ministro com o qual divergia.

Em 1932 participa da negociação do Tratado Roca²⁷-Runciman de acordo com o qual Inglaterra garante a compra de uma quantia de carne e se comprometia a não aumentar a tarifa sobre o trigo. Enquanto a Argentina aceitava reduzir tarifas sobre produtos industriais ingleses, tratamento benevolente a investimentos ingleses, preferencia a máquinas e veículos ingleses, assim como pagamento de dívidas argentinas a credores ingleses e reserva de 85% do comercio de carne com Inglaterra para empresas embaladoras inglesas em Buenos Aires. Este acordo teve uma péssima aceitação pela sociedade em geral e seria uma das piores referencias na carreira do Prebisch. As cláusulas secretas estabeleceram a criação do Banco Central da Argentina com predominância e capitais britânicos, e se estabelecem as bases da Corporação do transporte o que consagra o monopólio do transporte a Grã-Bretanha.

²⁴ Idem, p. 95

²⁵ Tarifa Smoot-Hawley

²⁶ Concede preferencia a suas colônias.

²⁷ Vice-presidente da Argentina que chefiava a missão diplomática

Em 1933 assume como coordenador do Plano de Recuperação Econômica, no Ministério da Fazenda e da Agricultura. O Plano, de inspiração keynesiana, promovia a demanda interna e a industrialização por substituição de importações e programas de obras públicas. No mesmo período participou da criação do Banco Central da Argentina, o qual foi criado como uma empresa mista, independente do poder executivo, e seria o coração do sistema financeiro. Apenas um dos doze diretores seria nomeado pelo governo, os restantes eram escolhidos pelos bancos acionistas (nacionais e estrangeiros). Em 1935 Prebisch é nomeado gerente geral do Banco Central.

Em 1938, *A Concordância*, o partido político que governava a Argentina sob ditadura militar desde 1930, ganha novamente as eleições de forma fraudulenta com seu candidato Roberto Ortiz. Os líderes do partido demonstravam grande admiração pelos líderes nazista Adolph Hitler e o fascista Franco e foram feitas denúncias em relação a reuniões do embaixador alemão com a cúpula política. Pela vinculação com este governo, Augusto Bunge, líder do partido socialista e amigo de Prebisch desde sua juventude, o questiona em várias instâncias. A última, já em tom de ultimatum e respondida por Prebisch da seguinte forma: “Não sou um político (...). Sou um tecnocrata e acredito na tecnocracia. Os técnicos são politicamente neutros.” (DOSMAN, 2011, P. 121.).

A partir de 1941 a afinidade com os governos do Eixo começou a mermar e as relações com Estados Unidos progrediram, segundo Dosman. Em 1946, o candidato do partido Justicialista, Juan Domingo Perón, é eleito como novo presidente. Na biografia, Dosman faz referência à inimizade de Prebisch e Perón, o que teria consequências negativas na carreira de Prebisch, contudo não fica muito claro o motivo. Durante os governos peronistas, Prebisch ficou à margem das políticas públicas e teve que trabalhar fora da Argentina, uma época difícil para o autor, como Dosman explica a continuação:

Para frustração de Prebisch, sua posição não servia de nada, pois continuava identificado com o antigo regime da Concordância, sem credibilidade na oposição a Perón. A “década infame” havia acabado e era universalmente criticada.

Apesar de seu nome continuar a ser símbolo de retidão nas comunidades financeiras e bancárias, não tinha aliados políticos. À esquerda o caricaturava como um agente da Concordância, enquanto à direita o descartava como o coautor do Tratado Roca-Runciman. (DOSMAN, 2011, p. 241).

Segundo Dosman, as convergências entre Perón e Prebisch eram superficiais, ambos seriam nacionalistas, “mas radicalmente diferentes em estilo e ideologia”. Perón, segundo Dosman, defendia a industrialização totalmente controlada pelo Estado, tarifas, subsídios e empréstimos de baixos juros, o que acabaria segundo o autor gerando um inchaço do setor público. Por sua vez, Prebisch apoiaria um Estado ativo, mas respeitando a “estrutura liberal, global e competitiva”. Defendia a participação da Argentina na Economia Internacional, inclusive do FMI enquanto Perón boicotou a Conferencia de Bretton Woods, denunciou o imperialismo norte-americano e suprimiu a discordância. Prebisch defendia a autonomia do Banco Central e Perón o nacionalizou.

Entre 1944 e 1948 Prebisch se dedicou a trabalhos no estrangeiro, México, Paraguai e teve convites para Guatemala, El Salvador, República Dominicana e Cuba. O governo da Venezuela lhe ofereceu a presidência do Banco Central. Em 1947 Prebisch recebe com indiferença a notícia da criação da CEPAL, porque segundo Dosman lhe lembrava de suas inférteis participações nas reuniões da Liga das Nações. Avaliaria que se tratava de uma instituição carente de poder e influência, controlado por Washington. Por este motivo, se encontrava interessado num cargo no FMI, organização que segundo Dosman admirava, na qual teriam lhe oferecido um cargo permanente de assessor do diretor geral, no entanto, a diretiva do organismo não teria acordo em dita contratação. No início de 1949, Prebisch aceita a proposta da CEPAL de assumir como Secretário Geral por quatro meses.

2.2

Secretário geral da Comissão

A existência da CEPAL estava posta em questão em especial, por Estados Unidos desde seu nascimento em 1947. A proposta deste governo, segundo Dosman era, a criação de duas comissões regionais dentro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a Europa e a Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente, com o objetivo de incorporar a ONU no processo de reconstrução destas regiões. Contudo, um grupo de países latino-americanos liderados pelo Chile teriam se posicionado contra esta iniciativa e reivindicado uma Comissão Econômica para a região.

O desenvolvimento era o principal objetivo da região, que também estava exaurida, apesar de a guerra ter sido travada na Europa e na Ásia. A América Latina desejava estabilidade e reconstrução econômica... (DOSMAN, 2011, p. 272).

A CEPAL obtém a aprovação dos Estados Unidos, mas apenas por três anos, e este país junto com França, Inglaterra e Holanda tornaram-se membros da Comissão e teriam participado da definição do programa de trabalho. Contudo, os países latino-americanos envolvidos no processo entendiam a distancia entre Washington e Santiago de Chile, cidade onde se instalaria a sede da Comissão, funcionaria como uma proteção contra a ortodoxia econômica e as pressões políticas. “Santiago poderia se tornar um laboratório regional para ligar teoria e prática nas tarefas urgentes do desenvolvimento”. (Ibidem, p. 287).

A primeira sessão da CEPAL aconteceu em Santiago, ainda com sede provisória. Na mesma se encaminhou ao secretariado da organização a elaboração de um estudo sobre o comércio internacional da região que seria apresentado na segunda sessão da Comissão na Havana. No entanto, não existiam análises semelhantes sobre América Latina. O informe devia ser uma pesquisa de qualidade além de formular tarefas e políticas para os países e para a própria organização, e Prebisch estava ciente de que este documento era fundamental para garantir o projeto da CEPAL.

Em 1949 Truman assume seu segundo governo e com o fim da guerra, apesar de anunciar em seu discurso a necessidade de um plano de desenvolvimento para as regiões atrasadas, as relações com os países latino-americanos tinham mudado. De acordo com Dosman, o presidente dos Estados Unidos veta a aplicação de parcerias econômicas acordadas durante a guerra, se opôs à criação de um banco de desenvolvimento interamericano e rejeitava acordos para estabilizar preços dos bens comercializados. Esta tensão com o governo norte-americano fazia com que a Conferência de Havana tivesse ainda uma relevância maior.

Raúl Prebisch apresenta na segunda na Conferência de Havana o que mais tarde seria conhecido como o ***Manifesto da CEPAL: O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas***. Nenhum dos argumentos apresentados pelo autor eram completamente novos, segundo Dosman, contudo, sua visão da região era diferente e a convocação à ação teve um forte impacto. Segundo Prebisch, o sistema internacional se divide em centro e periferia o primeiro corresponde aos países ou regiões desenvolvidas e o segundo os países ou regiões subdesenvolvidas.

De acordo com as teorias clássicas de comércio internacional sobre as vantagens comparativas, à qual Prebisch critica, os países deveriam se especializar de acordo com a sua vocação em algumas mercadorias dedicando todos seus recursos e adquirindo a través do comércio internacional, os produtos que não são produzidos nacionalmente. Desta forma, segundo a Teoria Ricardiana os frutos do progresso técnico seriam distribuídos de forma equitativa entre todas as nações a través do comércio internacional, sem que a periferia precise industrializar-se.

América Latina, enquanto periferia se insere como primário exportador devido a condições estruturais historicamente estabelecidas. Os países centrais são industrializados e por tanto, concentram os frutos do progresso técnico, o que permite que tenham melhores condições de vida para suas populações. Sob esta

compreensão, a divisão sistêmica entre centro e periferia seria reversível a través de mudanças no comércio internacional e cooperação internacional.

O aumento de produtividade nos centros geraria disparidades na oferta e na demanda dos produtos de consumo, a qual seria corrigida via preços e provocaria ciclos na economia capitalista mundial²⁸: nas fases ascendentes, os benefícios são transferidos à periferia, o que gera aumento dos preços das matérias primas. Contudo, a elasticidade-renda dos bens de consumo e dos produtos manufaturados é maior que a das matérias primas de forma que, os preços dos primeiros tendem a aumentar mais rapidamente que dos últimos. Promoveu a divisão do trabalho na área industrial entre países (iguais ou quase iguais em grau de desenvolvimento) latino-americanos, já que a especialização favoreceria a distribuição do progresso técnico na região mais do que a concorrência entre nações que procuram desenvolver as mesmas indústrias.

Não obstante como os frutos do progresso técnico não se distribuem de forma equitativa e os termos de troca²⁹ entre centro e periferia teriam se deteriorado de acordo com as pesquisas empíricas que o autor teria levado a frente entre 1870 e 1930³⁰. Os ingressos dos capitalistas e dos fatores de produção dos centros teriam crescido em relação com os ingressos da periferia, o que indicaria que os centros teriam se apropriado dos termos de troca da periferia.

²⁸ Seguindo a teoria de Keynes, existiria uma disparidade entre oferta e demanda de produtos de consumo no centro que seria corrigida através dos preços, porém transfere os benefícios à periferia apenas na fase ascendente o que provoca um aumento maior dos preços das matérias primas em relação às manufaturas. No entanto, estes benefícios da fase crescente, se transformam no centro em aumento de salários e lucros, enquanto na fase decrescente, não diminuem de forma proporcional pela rigidez à baixa de preços e salários, o que translada essa pressão à periferia.

²⁹ Os termos de troca correspondem à relação entre o preço das exportações e o preço das importações de um determinado país durante certo período. Esta relação nos permite saber quantas unidades de produtos importados posso comprar, por unidade de produto exportado. Evidentemente que esta relação depende em boa medida da flutuação dos preços internacionais dos produtos assim como das cotações das moedas.

³⁰ Segundo a biografia, Furtado apresentou o relatório preliminar de Hans Singer a Prebisch que o incorporou a sua teoria de centro e periferia (que teria elaborado antes com anterioridade) e incorporou dados estatísticos para demonstrar as implicações do fenômeno.

Prebisch percebe que as matérias primas são mercadorias com elasticidade de renda baixa, o que significa que embora a renda disponível dos consumidores aumente não necessariamente o consumo o faça. Em consequência, a produtividade na América Latina é baixa, o que não permitiria ter uma margem de poupança suficiente para investimento produtivo. O que torna necessário o ingresso de capital estrangeiro para romper o *círculo vicioso* e com o tempo, aumentar o excedente de forma com que seja possível substituir o capital estrangeiro por nacional. A necessidade de investimento inicial para acionar o círculo virtuoso da industrialização: produtividade-acumulação-investimento.

Em efeito, a produtividade nesses países é muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, causada pela baixa produtividade. Para romper este círculo vicioso sem deprimir exageradamente o consumo presente das massas, que geralmente é baixo, se requer do concurso transitório do capital estrangeiro. (Ibidem, p.39).

Industrialização no início tinha o papel de captar os frutos do progresso técnico:

De ahí el significado fundamental de la industrialización de los países nuevos. No es ella un fin en sí misma, sino el único medio de que disponen éstos para ir captando una parte del fruto del progreso técnico y elevando progresivamente el nivel de vida de las masas. (Ibidem p. 6).

Segundo Prebisch no Manifesto, as vantagens econômicas da DIT eram inquestionáveis, porém, a distribuição dos frutos do progresso técnico não se produzia da forma equitativa que a teoria econômica afirmava. Por este motivo, o autor sinalizava a industrialização como o caminho para se apropriar dos frutos do progresso técnico o que permitiria ter melhor qualidade de vida e acumulação de capital como consequência de uma margem de poupança maior que permitiria investimentos e levaria a aumento da produtividade.

La elevación del nivel de vida de las masas depende, en última instancia, de una fuerte cantidad de capital por hombre empleado en la industria, los transportes y la producción primaria, y de la aptitud para manejarlo bien. En consecuencia, se necesita realizar una enorme acumulación de capital. (Ibidem p. 10).

A industrialização ocupa às pessoas que tinham sido deslocadas da produção primária pelo progresso técnico ou de outros trabalhos de baixa remuneração. Segundo a avaliação do autor no Manifesto (1949) o emprego gerado pela indústria teria aumentado a produtividade o que se traduziria numa elevação do ingresso nacional neto. O comércio exterior pode ser um elemento propulsor do desenvolvimento da economia, se o excedente é utilizado de forma eficiente.

O limite dinâmico da industrialização estaria dado pela relação entre o incremento da produção industrial obtido a partir dos fatores deslocados da produção primária e a massa de artigos que se obtêm em troca das exportações - termos de troca-. Se a primeira for maior que a segunda, se poderia falar de um aumento de produtividade. Segundo o autor, América Latina estaria longe deste limite na década dos 1950, por entender que a industrialização se encontrava na sua fase inicial.

Em 1955, a conjuntura política na Argentina muda com a deposição de Perón no dia 23 de setembro por um golpe militar e assume como presidente interino Eduardo Lonardi, pela “Revolução Libertadora”. Segundo Dosman, o novo presidente chama a Prebisch para servir a sua nação, que concorda sem consultar à ONU e viaja imediatamente para Buenos Aires.

Prebisch sempre dissera em Santiago que nunca mais serviria a um governo militar, mas a “revolução libertadora” era um caso especial, pois os militares estavam agindo como um baluarte constitucional para o povo argentino. (DOSMAN, 2011, p. 343)

No dia 3 de outubro, Prebisch inicia seu trabalho como subsecretário do Ministério de Comércio. Encomendaram a ele a elaboração de um informe sobre a situação econômica e na coletiva de imprensa em que sintetizou sua avaliação da econômica argentina como “séria, mas não crítica” explica que pelo seu duplo papel de funcionário público da Argentina e da CEPAL, precisaria voltar a Santiago. Segundo Dosman, Lombardi não ficou satisfeito com a decisão de Prebisch já que teria oferecido um cargo de super-ministro (enquanto era funcionário da ONU) com o objetivo de orientar o programa de recuperação

econômica e posteriormente assumisse o cargo de Ministro. Finalmente, teria conseguido negociar seu cargo com Lonardi sem perder seu lugar na CEPAL:

Prebisch então convenceu Lonardi a nomeá-lo assessor econômico especial do presidente, em vez de ministro, com uma licença de três meses da ONU e sem salário do governo, pois devia receber férias mais que suficientes para cobrir esse período. (DOSMAN, 2011, p. 346).

De acordo com Dosman, permanecer na CEPAL teria dois objetivos: garantir seu cargo na CEPAL e negociar apoio internacional para o novo governo.

[...] Lonardi perceberia que o endividamento e a situação internacional da Argentina ficariam melhores com a manutenção de Prebisch em seu cargo na ONU, viajando para Nova York e Washington como um emissário especial do país. A Argentina certamente precisaria de um programa de assistência técnica maior, liderado pela ONU, no qual a CEPAL desempenharia um papel crucial... (Ibidem, p. 346).

No final de 1955 é apresentado o relatório a cargo de Prebisch sobre diagnóstico e medidas emergenciais para a economia argentina que ficou conhecido como o Plano Prebisch³¹, o qual foi bem recebido pela imprensa internacional e a SRA, mas, teve uma péssima por parte da população e inúmeras críticas por se tratar de um plano de recuperação econômica nos moldes da ortodoxia econômica. Arturo Jauretche, quem forma diretor do Banco Central da Província de Buenos Aires entre 1946 e 1950, apesar da afinidade política com o peronismo acaba se afastando, escreve o livro *O Plano Prebisch, Retorno ao Colonialismo* (1955). No livro, questiona não só a avaliação como o argumento e as propostas de Prebisch. Dosman refere da seguinte maneira ao Plano e sua repercussão:

O primeiro [O Plano Prebisch] foi preparado tão às pressas que podia conter cálculos errados. Para apresentar de forma dramática a crise nacional, Prebisch centrou-se deliberadamente em fracassos domésticos e reduziu a ênfase nos assuntos típicos da CEPAL que tratavam do contexto internacional, como deterioração dos termos de intercâmbio, deixando de avaliar o impacto econômico dos desastres naturais -inundações e

³¹ Já como assessor de Pedro E. Aramburu apresenta o 18 de novembro de 1955 o Informe Económico, conhecido como o Plano Prebisch. No mesmo avalia a situação econômica da Argentina como muito séria e propõe: melhorar os preços dos produtores rurais e aumentar os créditos para este setor, desvalorização do peso, assim como varias medidas que favorecem o setor agrário. Defende a necessidade de fortalecer a indústria siderúrgica, a produção de energia, propondo a utilização de energia atômica, assim como investimentos na área de transporte.

terremotos- que vinham afligindo Argentina desde 1951. (Ibidem, p. 347).

Segundo Dosman, um jornalista chileno, assustado com a campanha anti-Prebisch, dado que nos Estados Unidos e na Argentina era considerado um ousado esquerdista enquanto era duramente criticado no seu país acusado de defender interesses particulares contra o seu povo. Prebisch responde da seguinte maneira na coletiva de imprensa no dia 15 de novembro de 1955:

A ONU inteira pensa de uma forma e a Argentina, de outra. Aqui [na Argentina] reina uma superficialidade insolente. Os jornalistas não investigam nem consultam, só dão opiniões pessoais. Em todos os outros países latino-americanos, tenho entrevistas ou conversas sérias com jornalistas que desejam esclarecer suas dúvidas em relação a vários problemas. Aqui é diferente: eles começam com sua própria interpretação e insistem em que seja aceita independentemente das provas. Como disse Hitler, “se você repetir uma mentira com bastante frequência, ela se torna verdade”. (Ibidem, p. 353).

Posteriormente, Prebisch elabora um amplo programa de assistência técnica da ONU na América Latina, segundo Dosman, para que especialistas internacionais treinaram funcionários públicos argentinos. Para solicitar a assistência técnica precisava o apoio formal do governo argentino e os relatórios sobre a situação da economia argentina. Estes novos relatórios seriam mais amenos do que o Plano Prebisch, segundo Dosman:

Previam um aumento salarial de 10%, mas, em conformidade com o texto anterior, propunham um programa de austeridade com reformas liberais: corte de pessoal e de orçamento, privatizações de empresas estatais ineficientes, como a *Aerolineas Argentinas*, redução de gastos públicos, redução do déficit, retiradas de controles de preços, desvalorização e liberação da taxa de câmbio para combater empresas ineficientes, reforma tributária para aumentar a receita e evitar a evasão, redução da inflação, fomento da produção agrícola e das exportações, com a criação do Instituto Nacional de Tecnologia Agrária, investimento imediato no setor petrolífero, principalmente em dutos e, na indústria pesada, como a do aço, atração de capital estrangeiro, exceto no setor petrolífero, e ingresso no FMI. (Ibidem, p. 355).

Tratava-se de um plano de ajuste econômico, que hoje consideraríamos neoliberal, porém, em 1955. O Plano de Recuperação econômica teve a virtude de unir a esquerda e a direita que se posicionaram contra Prebisch, por entender que não estava sendo honesto em sua análise da situação (em particular no que refere à herança da política de industrialização peronista) e nas medidas emergenciais propostas, que beneficiariam apenas à oligarquia agrícola e aos inversores estrangeiros. Prebisch continuou trabalhando até que o governo de Aramburu decidiu extinguir seu cargo e desliga-lo do governo.

Prebisch foi duramente questionado pela sua equipe de trabalho da CEPAL pelo seu apoio ao ditador Perez Jimenez na Venezuela, para quem trabalhou como chefe de agencia e teria elogiado suas realizações e liberdade de imprensa, segundo Dosman. Celso Furtado, economista brasileiro colega de Prebisch teria ficado “perplexo e desapontado” segundo Dosman pelo seu plano econômico nos moldes da ortodoxia liberal do FMI.

No início dos anos 1960, Prebisch estuda o desgaste do processo de industrialização. De acordo com sua avaliação o Estado teria protegido excessivamente a indústria nacional em lugar de promover as exportações e ampliar a planificação estatal. No seu informe, *Para uma dinâmica do desenvolvimento econômico latino-americano* (1963), um dos últimos escritos para a CEPAL, argumenta que teriam se esgotado as possibilidades de substituição de importação para o mercado interno de bens de consumo finais, o que levaria à necessidade de avançar na produção de bens intermediários, de capital e bens de consumo duradouro.

A disparidade nos preços das manufaturas e das matérias primas estaria, de acordo com o autor, na disparidade do crescimento da demanda, para o qual sugere incrementar o deslocamento de população envolvida em atividades primarias para a indústria e outras atividades “absorventes”. A insuficiência dinâmica do desenvolvimento e em consequência o baixo nível de ocupação (Op. Cit., p. 57).

O autor identifica fatores estruturais internos que estariam impedindo o crescimento econômico, como a abundância de mão de obra (como Lewis) e o desequilíbrio entre produtividade e investimento (acumulação insuficiente de capital e baixa produtividade), a superavaliação da terra e a falta de estímulo por parte do Estado para melhora da produção. Em adição, neste período surge uma preocupação com a inflação, que segundo o autor prejudica à parcela da população com menores ingressos.

Segundo Prebisch (1963), a estrutura social herdada dos tempos do *desenvolvimento para fora* se associava o investimento estrangeiro e progresso técnico apenas a áreas de interesse para os centros, ou seja, em atividades exportadoras, exploração de recursos e serviços públicos. O autor propõe, que as empresas estrangeiras funcionem como centros de irradiação tecnológica, de forma que o capital estrangeiro se incorpore ao processo de industrialização e em troca, as empresas teriam exceções fiscais.

El impresionante progreso técnico de los centros ha impulsado la primera ilusión. Pero la técnica también tiene exigencias ineluctables; trae consigo, y en buena hora, una productividad cada vez mayor. Sin embargo, para que la técnica pueda penetrar con profundidad en la estructura social, es indispensable que una parte considerable del fruto de esa productividad creciente se dedique a elevar intensamente la acumulación de capital reproductivo, tanto en formación humana como en bienes físicos. He aquí la primera exigencia, que por cierto no estamos cumpliendo satisfactoriamente en América Latina. (Idem, 1979, p. 175).

Perante a necessidade de ampliar o acesso a mercados externos, Prebisch defende a conformação de um Mercado Comum Latino-americano e a necessidade de cooperação internacional. Isto é, perante os sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento “para dentro” o autor procura se distanciar da ortodoxia neoclássica e começa a defender reformas estruturais econômicas e sociais no marco da Aliança para o Progresso, entre elas: a reforma agrária, melhor distribuição de renda e combate à inflação por ser um agravante das disparidades sociais.

A partir de sua entrada na UNCTAD, Prebisch centra sua preocupação na cooperação internacional principalmente nas áreas de comércio, financiamento e difusão tecnológica. Colocando a questão do desenvolvimento como uma responsabilidade coletiva e não apenas relativa aos países periféricos, motivo pelo qual os países centrais deveriam colaborar. No entanto, os principais obstáculos seriam internos como o crescimento demográfico, crescentes pressões internas da sociedade e a falta de uma planificação para o desenvolvimento. Para a CEPAL, ainda estamos na década das “reformas para desobstruir a industrialização”.

2.3

UNCTAD, ILPES e Revista da CEPAL

No seu texto de 1964 *Para una política económica do desenvolvimento* parte da análise sobre o deterioro dos termos de troca, que produzem um estrangulamento externo do “desenvolvimento”. Durante seu trabalho na UNCTAD o autor ainda utiliza o esquema de análise centro-periferia mudando a nomenclatura para “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”, que era a utilizada no organismo.

A década de 1960 foi declarada pelas Nações Unidas como a década do desenvolvimento, se estabelecendo uma taxa mínima de crescimento 5% nos ingressos dos países em desenvolvimento. Segundo o autor, os países em desenvolvimento estariam em uma etapa de transição para transformações estruturais que os levariam ao desenvolvimento, mas para isso dependeriam da difusão do progresso técnico para que não continuem deteriorando os termos de troca. Os países desenvolvidos deveriam transferir aos países de primário exportadores, ingressos adicionais para contra restar o deterioro das relações de preços, o que equivaleria a reconhecer que os países que sofrem com o deterioro das relaciones de intercambio tem direito a recursos internacionais adicionais. Estas políticas compensatórias fariam parte de uma política mais racional de financiamento ao desenvolvimento.

A partir de sua análise sobre a industrialização na América Latina e os motivos pelos quais esse processo não foi bem-sucedido, começa a observar a atuação dos organismos internacionais ao respeito da disparidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Coloca uma crítica à GATT por não leva a frente políticas eficientes para os países em desenvolvimento, por se basear em teorias ortodoxas sobre livre comercio que não reconhecem as diferenças estruturais entre os países centrais y os periféricos. Salienta a importância de que a partir da Ronda Kennedy se abandona o princípio de reciprocidade convencional, defendendo que o protecionismo dentro de certos limites pode ajudar a equilibrar

a dinâmica do comércio internacional. A disparidade da demanda só pode ser corrigida pelo estímulo progressivo da competência e dinamização da indústria nos países em desenvolvimento, fazendo com que se acelere seu crescimento. Contudo, sem aumento das exportações não é possível aliviar o estrangulamento externo, o que se seria agravado pelo aumento do protecionismo agrícola por parte dos países industriais.

O autor apela a eficiência do GATT em lograr seu principal objetivo: o aumento do comércio internacional. Coloca o exemplo da Comunidade Económica Europeia como bloco de integração regional e por tanto com uma forte tendência à concentração no intercâmbio intra-bloco (eliminando taxas intra-bloco e aumentando as restrições extrabloco). O organismo não consegue que os países industriais concedam preferências aos países em desenvolvimento (como exceção ao próprio acordo) com base no reconhecimento das disparidades. Desta forma, o informe tem o objetivo de argumentar em favor desta mudança na política internacional porque, de outra forma os países em desenvolvimento não poderiam sair da crise. Propõe a concessão de preferências entre países em desenvolvimento e aponta como possível saída a integração de estes países, a base de uma política comum de “crescimento para dentro” colocando à ALALC (Associação Latino-americana de Libre Comercio) como o espaço propício. A continuação, explica os motivos pelos quais os países em desenvolvimento devem se unir:

Seja como for, a agrupação dos países em desenvolvimento se impõe por uma série de considerações: fazer mais racional e económica a política de industrialização através da especialização e a divisão do trabalho; evitar ou corrigir, dependendo dos casos, as deformações anteriores da política de industrialização em compartimentos estancos; promover a competência industrial dentro da agrupação e contra restar a tendência ao exagerado protecionismo agrícola de alguns países em desenvolvimento. (Idem, 1964, p. 39).

Explica no seu artigo autobiográfico que sente a necessidade de reformular o conceito de centro-periferia a partir da compreensão de que a periferia é atrasada como consequência da dinâmica do sistema. Os países periféricos teriam procurado reproduzir a forma de desenvolvimento do centro, apesar de terem uma

estrutura social mais atrasada dando lugar a mutações, que somadas às contradições do sistema explicariam por que o sistema teria a excluir a sua própria base:

A industrialização na periferia aconteceu com grande atraso histórico (durante sucessivas crises nos centros). Isto acentuou as tendências da periferia a imitar aos centros, a crescer a imagem e semelhança (...). Procuramos adoptar suas tecnologias, e seus estilos de vida, seguir suas ideias e ideologias (...). Todo isto penetrou numa estrutura social da periferia que ficou consideravelmente atrás da estrutura avançada dos centros e gerou mutações consideráveis, acompanhadas de contradições cujo esclarecimento tem muita importância. (Idem, 1984, p. 23).

A periferia não teria podido romper com o “isolamento” herdado do antigo padrão de DIT ficando às margens da industrialização (e dos frutos do progresso técnico) e em definitiva, do comércio mundial. A política comercial liberal dos centros teria sido aplicada aos bens onde a periferia não teria *vantagem comparativa*, motivo pelo qual o autor advoga pela reforma das estruturas do comércio mundial. A superioridade tecnológica e econômica dos centros é a principal determinante de sua hegemonia histórica e a conseguinte dependência da periferia.

Entre os anos 1976 e 1986, Raúl Prebisch foi o diretor da Revista da CEPAL na qual produziu vários artigos, alguns dos quais seriam o prelúdio de sua obra de 1981. Sintetizamos aqui os dados de suas principais contribuições à revista.

DATA E NÚMERO	NOME DO ARTIGO	CONTEÚDO
Primeiro semestre de 1976	Crítica ao capitalismo Periférico (pág. 7-73)	Sobre traços, relações e problemas do capitalismo periférico. Relação centro-periferia com processos nacionais. Importância de estratos médios para democracia.
Segundo semestre de 1978	Exposições de Raúl Prebisch (pág. 186-188)	Revisão das teorias da CEPAL. Mudança da postura de EUA. Crítica a categoria pobreza: “Se ha perdido el significado moral de desarrollo.”
Dezembro de 1979, Nro. 9	Exposição de Prebisch no ILPES (pág. 175-177)	Fim de três ilusões: desenvolvimento a imagem e semelhança do centro, a ordem monetária de BW e o papel do

		mercado como supremo regulador social.
Abril de 1980 Nro. 10	Para uma teoria da transformação (pág. 165-216)	Traços principais da sua crítica ao funcionamento do capitalismo periférico. Sínteses de valores centrais do socialismo e do liberalismo. Necessidade de reafirma o valor da democracia como ideal para a convivência. Os problemas da transformação. As relações centro-periferia na transformação e a crise atual dos centros.
Dezembro de 1980 Nro. 12	Biosfera e Desenvolvimento (pág. 73-88)	Os conflitos decorrentes do desenvolvimento capitalista periférico. Trata sobre a questão do médio ambiente.
Agosto de 1983 Nro. 20	A crise do capitalismo e o comércio internacional (pág. 53-76)	Procura compreender a crise tanto no centro como na periferia, e os desequilíbrios estruturais. A crise ideológica e dependência intelectual.
Abril de 1984 Nro. 22	A crise global do capitalismo e seu fundamento teórico (pág. 163-182)	Problemas de acumulação e distribuição na periferia e no centro: necessidade de novos princípios de regulamentação macroeconômica. Crítica à expansão internacional da inflação e o papel dos EUA. O excedente. A crise e a necessidade de esforço intelectual e ação política.
Agosto de 1985, Nro. 26	A Periferia Latino-americana na crise global do capitalismo (pág. 65-90)	Desequilíbrios dinâmicos no centro e na periferia na crise.
Dezembro de 1985, Nro. 27	A dívida externa nos países latino-americanos (pág. 55-56)	Propostas para o problema da dívida e a estagnação econômica.
Abril de 1986, Nro. 28	Notas sobre o intercâmbio desde o a periferia (pág. 195-206)	A volta à substituição de importações.
Agosto de 1986, Nro. 29* Póstumo	Exposição no vigésimo primeiro período da CEPAL (pág. 13-16)	Renovação das ideias da CEPAL. Retomada da Substituição de importações e reforma monetária internacional
Abril de 1988, Nro. 34* Póstumo.	Dependência, Interdependência e Desenvolvimento (pág. 205-212)	O papel da periferia, as falhas do desenvolvimento periférico. A substituição de importações. Necessidade de novos arranjos comerciais mundiais. Interdependência

Em sua obra *Capitalismo Periférico, crise e transformação* (1981) o autor reflete sobre o capitalismo imitativo latino-americano que teria fracassado no aspecto social. O capitalismo periférico perante a crise do capitalismo central, depois do fracasso do período desenvolvimentista, teria a necessidade de se transformar para

acabar com os problemas sociais assim como para evitar que os acontecimentos derivem ao socialismo ortodoxo. Desta forma, o autor estuda as possibilidades de lograr um desenvolvimento que tome em consideração as necessidades da reprodução do capital, e permita uma melhor distribuição dos ingressos.

Acreditávamos estar na periferia latino-americana à beira da realização de uma utopia quando pretendíamos desenvolvermos a imagem e semelhança dos centros. Mas o que está acontecendo agora nos afasta irrevogavelmente desta possibilidade no atual sistema. Mas ainda, o capitalismo dos centros perdeu o rumo e não acha novos caminhos. E na periferia são cada vez mais claras as consequências do privilégio inerente a sua estrutura social, bem como às formas de articulação com os centros.³² (Idem, 1981, p. 331)

O capitalismo desenvolvido seria essencialmente centrípeto, absorvente e dominante, procurando se expandir a expensas da periferia, sem desenvolvê-la. A influência dos centros no desenvolvimento da periferia seria limitada e em função dos grupos dominantes dos centros; concentrando os frutos do progresso técnico, a inovação e a industrialização. Esta exclusão seria consequência das leis de mercado no plano internacional, agravado pela ação das empresas transnacionais que teriam contribuído mais à internacionalização do consumo do que da produção.

A constelação dos interesses econômicos, estratégicos, ideológicos y políticos dos grupos dominantes dos centros se articulam com os grupos dominantes da periferia. No entanto, o jogo destas relações de poder gravita na superioridade técnica e económica dos primeiros. A dependência estaria dada pela relação hegemónica do centro sobre a periferia no sistema internacional, baseada na sua superioridade económica, técnica e que faz gravitar outras áreas (cultural e ideológica), contudo não seria a responsável pelo subdesenvolvimento da periferia. A dependência seria a relação que se dá como consequência do carácter centrípeto do capitalismo, sem desconsiderar a herança tecnológica e cultural dos centros. O problema está no carácter imitativo de nosso capitalismo e nos obstáculos que o centro coloca ao comercio internacional de mercadorias.

³² Traduzido por mim. S.E.

A penetração da técnica vá formando estruturas mutáveis e duais que vão afetar as estruturas ocupacionais, enquanto os ingressos não acompanham os aumentos de produtividade, dando lugar à dinâmica do capitalismo periférico. Os frutos do progresso técnico são transmitidos a uma pequena parte da força de trabalho principalmente por seu poder social; a maioria, não é absorvida pelo sistema agravando a heterogeneidade estrutural social. Desta forma, o excedente seria a porção do fruto do progresso técnico que não se compartilha com a força de trabalho, mas seria acumulada pelos estratos superiores donos dos médios de produção - dado pelas estruturas e as relações de poder dentro delas-. Contudo, o excedente surge no processo de produção e não tenderia a se extinguir com o aumento da competência como defendem os neoliberais, segundo Prebisch:

Se a demanda global dos bens finais que surge no mercado em certo período, provem dos ingressos pagos anteriormente à força de trabalho para obtê-los, dita demanda seria insuficiente para absorber a oferta acrescentada pelo incremento de produtividade (...) os ingressos de onde surge a demanda de uma determinada quantia de bens finais não são os mesmos que tem pagado para obtê-los, provem de novos ingressos que se pagam para obter maiores bens finais após certo tempo. (Ibidem, p. 107)

O sistema demanda incessante crescimento do excedente económico para a acumulação do capital reprodutivo que levaria a aumentos de produtividade e criação de emprego, no entanto, esse excedente é disputado pelos estratos sociais superiores, os centros e o Estado fazendo que a acumulação de capital na periferia seja insuficiente. A insuficiente e frustrada acumulação de capital reprodutivo agravaria a tendência a hipertrofiar do Estado, que mediante o aumento do emprego e os serviços sociais, trata de compensar a inequidade distributiva. O paradoxo do excedente nos indica que estamos fadados a um espiral inflacionário ou insuficiência dinâmica, como explica Prebisch:

Por onde se olhe este problema não tem solução dentro do sistema, toda vez que se fortalece o poder de redistribuição (...) ou caímos numa espiral inflacionaria, se o compartimento deriva no aumento dos custos de produção –o que, além do transtorno da espiral inflacionária, vulnera a dinâmica do excedente- o se toma diretamente uma parte do excedente,

também com consequências dinâmicas adversas, que cedo ou tarde, deverão ser resolvidas com inflação. (Ibidem, p. 45)

No entanto, as diferenças na concentração do poder econômico não são tão negativas para Prebisch, pelo contrário, elas dão vida ao sistema. Uma vez que as empresas investem boa parte do que acumulam, enquanto as camadas médias da população acumulam capital não produtivo e que, portanto, não gera superávit. É compreensível, acrescenta o autor, que os capitalistas queiram preservar para si o poder da decisão de negócios.

O aumento pronunciado da população e o crescimento acelerado da produtividade tendem a diminuir a capacidade de absorção das camadas inferiores pelo sistema. Portanto, se o aumento do excedente - devido ao aumento da produtividade - é dedicado a aumentar a taxa de acumulação de capital reprodutivo, a absorção da mão-de-obra não só seria compensada como contrabalançada. O Estado como expressão das relações de poder atuais tende a hipertrofia com base na absorção espúria da força de trabalho pelas empresas públicas, diante da pressão das camadas intermediária e inferior.

Outro elemento em que ele insiste ao longo de seu trabalho é o ataque ao consumo dos estratos superiores. Anteriormente, era o consumo suntuário, agora o chamaria de consumo imitativo dos setores altos e os intermediários. Para enfatizar a importância do acúmulo de capital reprodutivo, ele demonstra o exemplo da austeridade do capitalismo japonês em uma nota separada:

O desenvolvimento japonês tem se caracterizado por um elevadíssimo ritmo de acumulação, principalmente do capital reprodutivo. Acumularam em torno da terceira parte do produto ao longo do período de prosperidade que segue à segunda guerra mundial. O capitalismo tem sido fundamentalmente austero, não só nos estratos superiores, mas em toda a população. (Ibidem, p. 73).

O mercado é para o autor, o mecanismo mais eficiente de alocação de recursos, no entanto, não deve funcionar espontaneamente, uma vez que é eficiente apenas do ponto de vista econômico, não tão social. Ele afirma: "Não é que o sistema

funciona mal, mas que o sistema é assim: um sistema socialmente vicioso" (Ibidem, p.61). Desta forma, naturaliza a desigualdade social, porque as contradições e os paradoxos do sistema não teriam solução, apenas a transformação parcial que ele propõe.

A técnica penetra na estrutura social da periferia incorporando de forma desigual às camadas de maior e menor produtividade, levando à heterogeneidade estrutural. De acordo com esta perspectiva, os setores avançados (ligados a exportações ou investimentos estrangeiros) e atrasados (os setores remanescentes) da economia coexistem, sem serem integrados, como se fossem duas economias. Os rendimentos não evoluem com os aumentos de produtividade, porque o excedente, que constitui uma parte do fruto do progresso técnico, é apropriado pelos estratos mais elevados.

O consumo imitativo desta parte da população agrava a distribuição desigual do mesmo. Isso, somado à hipertrofia do Estado e ao crescimento demográfico das últimas décadas, faz com que o sistema não consiga absorver a força de trabalho, mostrando a tendência à exclusão no sistema.

Por mais que se pense, as regras do jogo do capitalismo periférico não permitem atacar suas duas grandes falhas. Nem seu sentido excludente, que só poderia corrigir-se com uma acumulação mais intensa de capital a expensas dos estratos privilegiados e dos ingressos que se transferem aos centros, nem seu sentido conflitivo que se acentua cada vez mais no jogo irrestrito das relações de poder. (Ibidem, p. 48)

O autor reconhece que o sistema sempre busca aumentar o excedente e alcançar esse objetivo recorre à violência. Reconhece que, se o sistema for habilmente manipulado e com um ambiente externo favorável, a acumulação de capital pode ser alcançada e, com isso, um desenvolvimento notável para os estratos favorecidos, à custa da forte compressão dos rendimentos da força de trabalho; isto é, sem superar o caráter excludente do sistema. Por esta razão, propõe a transformação do sistema a partir de um dos seus pontos críticos: o excedente.

O Estado deve regular o uso social do excedente, aumentando a taxa de acumulação ao tentar corrigir as disparidades, através da propriedade e gestão dos meios de produção ou, usando-o com racionalidade coletiva sem concentrar a propriedade em suas mãos. Isso não combateria a propriedade privada, mas a apropriação privada do excedente. A tendência à concentração de capital seria contrariada através da difusão social do capital à medida que a acumulação aumentar, o que levaria a força de trabalho a obter uma proporção cada vez maior. É necessário disseminar a participação da mão-de-obra na propriedade do capital até atingir a gestão autônoma. Desta forma, a composição da demanda e da estrutura produtiva permitirá ao mercado funcionar com eficiência social. Neste novo sistema proposto pelo autor, às empresas poderiam operar livremente no mercado e o Estado corresponderia a um papel regulador e auxiliar no mercado, em relação aos objetivos que este não pode cumprir.

Desta forma, o autor propõe uma síntese entre os elementos fundamentais do socialismo e do liberalismo, segundo os quais o primeiro asseguraria um uso eficiente do excedente social, permitindo uma redução das disparidades de renda e o segundo garantiria a liberdade econômica dos indivíduos,

Socialismo, para que o excedente não se utilize de acordo com decisões individuais, mas decisões coletivas destinadas a elevar o ritmo de acumulação e corrigir progressivamente diferenças estruturais de distribuição do ingresso. E o liberalismo econômico para que o ingresso assim redistribuído poderá ser empregado livremente no mercado conforme decisões individuais (Ibidem, p. 292)

O plano de desenvolvimento deve assegurar uma relação adequada entre a acumulação de capital físico e a formação humana, o que permite a mobilidade social. A acumulação de capital corresponderia às empresas onde o excedente é gerado. O autor reconhece que a transição para o novo sistema não é simples e explica que o objetivo do novo sistema é canalizar as relações de poder de acordo com os critérios de racionalidade coletiva na apropriação e redistribuição do excedente, sem eliminá-los. Isso acaba por reforçar a necessidade de convergência entre o objetivo "ético" da liberdade e o da equidade, através da transformação do sistema.

Relançamento de Raúl Prebisch pela CEPAL

3.1

As evidências.

De acordo com a avaliação de CEPAL em relação à região, a partir de 2011 o conjunto da economia começou a desacelerar, as condições externas favoráveis de inícios dos anos 2000 teriam chegado ao fim, marcado por uma diminuição da demanda e por tanto, dos preços das matérias primas. Sinalizam a tendência à diminuição de investimentos externos assim como de condições favoráveis de acesso ao financiamento. Dessa forma, a região poderia sofrer restrições externas, redução do crescimento e do emprego. Não ter aproveitado o período de bonança para modificar sua matriz produtiva só dificultaria ainda mais a recuperação³³. Contudo, esta avaliação é muito similar com a que a CEPAL fazia na década de 1950, com a qual criticava o modelo de desenvolvimento “para fora” o qual, ao parecer não conseguimos superar.

O presente capítulo visa estudar o relançamento de Raúl Prebisch, considerado por alguns como o pai do estruturalismo, por outros o Keynes Latino-americano, na argentina associado com as oligarquias agrárias conservadoras e em Washington visto como um esquerdista perigoso. Prebisch se colocava a se mesmo como um tecnocrata, politicamente neutro, no entanto, pelo estudado no capítulo precedente, tanto sua teoria como sua trajetória política distam bastante desta caracterização. A retomada do autor se concentra no período de produção teórica entre os anos 1950 e 1960, durante o qual, Prebisch trabalhou como

³³ BARCENA, 2015, p. 19.

Secretário Geral da CEPAL. Contudo, como demonstramos no segundo capítulo, sua reflexão sobre economia e em particular, o desenvolvimento latino-americano não se restringe a este período e por momentos, se torna contraditório com a imagem do autor que se quer forjar.

Nos anos de 2012- 2013 a CEPAL financiado pelo International Development Research Center (IDRC) lançaram o projeto *Raul Prebisch e os desafios do século XXI* com o objetivo de recuperar os principais aportes teórico-políticos do autor, adaptado à conjuntura atual. A IDRC é uma corporação federal canadense, criada pelo parlamento canadense nos anos 1970 com a finalidade de "Iniciar, encorajar, apoiar e conduzir pesquisas sobre os problemas das regiões em desenvolvimento do mundo e sobre os meios para aplicar e adaptar os conhecimentos científicos, técnicos e outros ao avanço econômico e social dessas regiões"³⁴. As iniciativas são levadas a frente pelos governos, instituições e pesquisadores de países periféricos. Tem escritórios localizados em Ottawa, Canada, Cairo, Egito; Montevideo, Uruguai; Nairóbi, Quênia; e New Délhi, Índia.

No portal da CEPAL encontram-se documentos produzidos pelo autor, sua biografia e as principais contribuições de Prebisch adaptadas à atualidade segundo a Comissão: *restrição da balança de pagamentos ao crescimento, termos de intercambio, heterogeneidade estrutural, ciclos econômicos, desenvolvimento e desigualdade, Banco Central e política monetária e desenvolvimento e meio ambiente*. A balança de pagamentos, os termos de troca e os ciclos econômicos são elementos centrais da produção teórica do autor e do estruturalismo. A heterogeneidade estrutural é um conceito desenvolvido pelo Aníbal Pinto no seu ensaio *Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural* de 1969, que posteriormente é incorporado por Prebisch na sua análise.

No marco deste relançamento do autor foi publicada a citada biografia a cargo de Edgar J. Dosman, professor e historiador da Universidade de York. Numa

³⁴ Extraído da página web de IDRC.

entrevista televisiva³⁵, Dosman afirma que Prebisch estaria de volta, pela atualidade de sua teoria de centro e periferia do sistema internacional que permitiria o atual processo de reprimarização das exportações latino-americanas como consequência do processo de desenvolvimento chinês. A produção de matérias primas tem um valor agregado baixo, o que explica o deterioro de termos de troca, enquanto a produção de manufaturas implica inovação tecnológica, educação e geração de empregos. Produção industrializada melhoraria a localização dentro das cadeias globais de valor. De acordo com o autor, o país que teria aplicado o pensamento de Prebisch seria Coreia do Sul, garantindo educação de qualidade, igualdade, grande mercado interno, investimento em pesquisa e desenvolvimento e empenho em construir uma indústria competitiva, para o mercado interno e externo.

Segundo Dosman, Prebisch lamentava que Argentina não tivesse um Estado “forte” ou “inteligente” como Austrália e Nova Zelândia, que teriam realizado uma reforma agrária, imposto de renda, e tinha estadísticas, ou seja, eram Estados modernos, que completaram seu processo de modernização como membros da Comunidade Britânica de Nações. Enquanto as nações latino-americanas representam as nações atrasadas, que na maioria dos casos não tiveram revoluções burguesas modernizantes, como os países centrais.

Dosman se refere a Raúl Prebisch como representante da “Terceira Via”³⁶, isto é, o sincretismo entre capitalismo e socialismo. Na década de 1970 se instala uma crise mundial que leva à aplicação de uma agenda ortodoxa de ajuste econômico através de organismos internacionais, o FMI e o BM e de governos conservadores muitas vezes de cunho militar, como Pinochet no Chile. Contudo, o legado do Estado de Bem-estar Social e as lutas sociais organizadas, freia a onda modernizadora que precisa fazer concessões ao perceber que não era possível concretizar a agenda do Capital de forma crua e dura. Como resultado, surge esta

³⁵ Programa Conta Corrente do canal Globo News, em 2011 com motivo da publicação da biografia de Raúl Prebisch.

³⁶ A Terceira Via é geralmente relacionado com o livro de Anthony Giddens de 1998, mas Prebisch escreveu seu último livro em 1981. Embora, suas ideias no final de sua vida, estavam muito próximas desta posição política.

perspectiva em que o mercado e o Estado não estão mais enfrentados, porque o primeiro se torna o regulador social e o segundo, deixa de agir como proteção da sociedade civil contra o avanço do Capital para ser um mediador, entre as demandas do mercado e da sociedade.

De fato, esta perspectiva se cristaliza no último período de sua vida de Prebisch na sua teoria da Transformação que consistia, precisamente na síntese entre o “melhor” do capitalismo -a liberdade de mercado- e o “melhor” do socialismo - as políticas sociais-. Dito isto, devemos lembrar como foi desenvolvido no capítulo II, que Prebisch participou em governos militares, não apenas na Argentina, mas em vários países do continente e teve durante anos relação com a oligarquia agrária de Argentina. O que entra em contradição com esta imagem que ele procurou projetar de tecnocrata ético e moderado, crítico do capitalismo e do sistema internacional, mas que sabia dialogar com os centros de poder, que é a mesma imagem que a CEPAL pretende projetar no seu resgate.

Alexandre Barbosa, no seu artigo sobre o lançamento da biografia de Prebisch, publicado na revista, *Novos Estudos* da CEBRAP, denomina a Prebisch como *O Anti-herói desenvolvimentista* (2012). O primeiro grande pensador econômico latino-americano, embora, de acordo com o autor tenha sido superado por autores como Aníbal Pinto e Celso Furtado. Para Barbosa, Prebisch não seria estruturalista nem teria formulado nenhuma teoria do subdesenvolvimento na década de 1950, já que o Manifesto não conteria nem a palavra *subdesenvolvimento*. O principal mérito do Prebisch teria sido produzir uma concepção teórica e política que contempla a ideia de uma *nova ordem econômica internacional* sendo o percussor dessa leitura, que foi promovida durante sua gestão na Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Dessa forma podemos considerar que sua análise orientou políticas públicas em escala internacional e teria sido, como outros autores salientam um formulador de instituições.

Na Argentina, seu país de origem, durante esse período, foi uma espécie de *Anti-herói* acusado de ser “entreguista”³⁷, concomitantemente teria desafiado o ceticismo norte-americano em relação à CEPAL³⁸ e batido de frente com o *mainstream* sem ser comunista ou protecionista³⁹. Para Barbosa o manifesto de América Latina senta as bases para a criação de América Latina como uma região com suas especificidades e sua história, que ao voltar-se a si mesma oferecia uma nova interpretação universal.

Para Prebisch, não se tratava de separar a periferia do centro, ou de negar os aportes científicos da teoria econômica — o próprio manifesto não continha uma teoria acabada, antes prometia mais pesquisa e reflexão —, mas de destacar a dinâmica e estrutura da desigualdade global. (BARBOSA, 2011, p. 222).

Em 2011 o Centro Celso Furtado publica *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios* de Adolfo Gurrieri⁴⁰, uma coletânea de ensaios de Prebisch e outros autores da CEPAL. No prefácio escrito por Ricardo Bielschowski, o autor destaca como principais textos contendo as teses que fundam a teoria estruturalista: o *Manifesto de América Latina* (1949), *Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico* (1950) e *Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico* (1951). As características mais relevantes das economias latino-americanas a partir do estruturalismo original de acordo com o autor seriam:

(...) especialização inadequada e baixa diversidade produtiva (complementaridade intersetorial e integração vertical insuficiente) deterioração dos termos de intercâmbio, inserção internacional inadequada, desequilíbrios externos e inflação, níveis de produtividade muito díspares entre os setores - fenômeno que Aníbal Pinto chamou de “heterogeneidade estrutural”- e oferta ilimitada de mão de obra com renda próxima à de subsistência (hoje, “informalidade”), além de estrutura institucional (Estado, estrutura agrária, composição

³⁷ Na perspectiva de Prebisch era preciso reduzir a dependência com Inglaterra se aproximando dos Estados Unidos o que foi visto por parte de seus conterrâneos como um posicionamento político prol império em vários momentos de sua carreira. Sua inimizade com Juan Justo Perón lhe significou uma forte perseguição política.

³⁸ Para Estados Unidos, a CEPAL teria nascido com data de validade e sem pretensões de se tornar uma instituição de referência para a região. Motivo pelo qual, Prebisch teve que enfrentar a oposição deste país, do BM e do FMI, especialmente no período inicial.

³⁹ O Manifesto Latino-Americano colocava críticas às teorias clássicas do comércio, sem se alinhar com a perspectiva socialista do continente.

⁴⁰ Sociólogo argentino, secretário da Revista da CEPAL.

empresarial, entre outros) pouco inclinada ao investimento e ao progresso técnico. (BIELSCHOWSKI, 2011, p. 8).

De acordo com Bielschowski, Prebisch caracterizaria as economias latino-americanas em contraste com as centrais, por estarem condicionadas externamente, que impõe restrições a seu desenvolvimento, fazendo com que as forças do mercado por se só não consigam viabilizar o crescimento, motivo pelo qual o papel do Estado se torna fundamental. Outra contribuição relevante de Prebisch seria O Mercado Comum latino-americano, que teria servido de apoio nos debates referentes à criação da ALALC, atualmente ALADI.

No artigo *Raúl Prebisch (1901-1986) Um percurso pelas etapas do pensamento sobre o desenvolvimento econômico* (2012), Sunkel et al. buscam refletir sobre a atualidade do pensamento do autor, para o qual apresentam fatos estilizados que validariam as proposições de Prebisch. Em primeiro lugar, a persistência da grande desigualdade de renda internacional como consequência da dinâmica do sistema internacional que tende a aumentar a brecha entre centro e periferia. Em segundo lugar, os ingressos de América Latina, enquanto periferia, apresenta uma diferença marcante ao respeito dos centros. Em terceiro lugar, demonstram que o progresso técnico se difunde lentamente na periferia, ao provar que produtividade total dos fatores produtivos durante o período neoliberal (1995-2010) não melhorou. Em quarto lugar, os altos níveis de desigualdade ao interior da região e em quinto lugar, o aprofundamento da heterogeneidade estrutural.

No artigo do autor cepalino Rene A. Hernandez *Transformação do Estado e paradigmas do desenvolvimento na América Latina*⁴¹, o autor esboça uma definição do que Prebisch entenderia como subdesenvolvimento, acunhada por Rodriguez (2001): “(...) um padrão de funcionamento e de evolução específica de certas economias, que requer um esforço de elaboração próprio e específico.” (Idem, p. 356). Segundo Hernández, o principal problema do subdesenvolvimento para Prebisch era elevar o nível de produtividade da força de trabalho. O elemento

⁴¹ In: BARCENA, A e PRADO, A. *Neoestruturalismo e correntes heterodoxas na América Latina e o Caribe a inícios do século XXI*. CEPAL, 2015.

do meio ambiente é uma inovação decorrente da mudança de paradigma que coloca novos elementos no debate.

O subdesenvolvimento para o Prebisch seria caracterizado pela crescente desigualdade de renda entre os países do centro e da periferia, o desemprego persistente, os contínuos desequilíbrios na balança de pagamentos que impõem restrições importantes ao crescimento econômico, e a tendência à deterioração secular dos termos de intercambio. Ainda segundo Hernández, a pedra angular da elaboração teórica sobre desenvolvimento seria a ruptura estrutural, isto é, a compreensão de que a dinâmica do comércio exterior era diferente a do comércio interno, porque se organizava com base na estrutura de centro e periferia do sistema internacional.

Segundo Hernández, existem duas formas de conceber o desenvolvimento: como um processo em que participam atores, organismos e meios para alcançar metas previamente estabelecidas e o desenvolvimento como resultado do funcionamento de um sistema composto por uma estrutura institucional e social. Na América Latina, o desenvolvimento segundo o estruturalismo consistiria na incorporação do progresso técnico e sua difusão no aparelho produtivo e social com a finalidade de alterar a estrutura produtiva, no longo prazo. Esse processo, essencialmente endógeno, era organizado pelo Estado articulando a esfera pública com a privada.

Segundo Hernández, o manifesto latino-americano sentou as bases teóricas e conceituais do modelo de subdesenvolvimento da CEPAL, ao conseguir sintetizar os principais determinantes da atividade econômica dos países em desenvolvimento, ao tempo que explica a dinâmica e a estrutura do sistema internacional com base no esquema de centro e periferia. No documento *Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico* (1949) Prebisch teria refletido sobre os aportes teóricos dos denominados *pioneiros da teoria do desenvolvimento*:

Este documento reflete muitas das ideias vertidas na mesma época pelos pioneiros da teoria do desenvolvimento Nurske, Lewis, Myrdal y A. Rosenstein-Rodan, entre outros, que definirão junto com Prebisch o que muitos anos depois Krugman chamou a “alta teoria do desenvolvimento”. (HERNANDEZ, 2015, p. 336).

Além da crítica ao esquema de inserção internacional e a vulnerabilidade externa, Prebisch analisa as condições estruturais dos países subdesenvolvidos e as dificuldades de industrialização e progresso técnico. Avalia a validade da intervenção estatal no processo de desenvolvimento que será aprofundado em alguns documentos durante a década de 1960, em particular no referente à planificação. Segundo Hernández, a percepção de Prebisch de qual é o papel do Estado no processo de desenvolvimento é um dos seus principais acertos.

Prebisch perceberia, segundo o autor, que o pensamento hegemônico da economia e em particular das teorias do comércio se baseiam em visões da ordem mundial conforme aos interesses dos centros. Neste sentido, o processo de desenvolvimento latino-americano se encontra irremediavelmente atrelado ao comércio e a economia internacional e às instituições e grupos de poder dominantes. Por este motivo, Prebisch acreditava que a transformação estrutural só seria possível se se mantinham boas relações com os países centrais, em especial Estados Unidos, sem se subordinar.

3.2

Semelhanças e diferenças entre o Regionalismo Aberto, o Neoestruturalismo e o pensamento de Raúl Prebisch

3.2.1

Regionalismo Aberto

De acordo com a CEPAL, a onda do regionalismo pode ser dividida em duas etapas, a primeira corresponde ao período entre 1950 a 1970. Os anos 1980, a crise regional da dívida externa e os surgimentos de blocos de países centrais como Comunidade Econômica Europeia levou a uma crise desse padrão de desenvolvimento e integração. Segundo Oliveira (2014) uma das principais motivações para a formação de blocos regionais consistia na compreensão de que a integração era fundamental para o desenvolvimento econômico junto com o comércio recíproco e a complementação industrial. Os dois blocos regionais formados nesta fase, sob esta perspectiva foram o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e a Associação de Livre Comércio de América Latina (ALALC). Um dos grandes promotores da integração foi Prebisch.

No “velho” regionalismo os países latino-americanos se beneficiariam da integração pelo acesso a um mercado mais amplo, aproveitamento de economias de escala e a possibilidade de se especializar. Aumentaria o comércio intra região e daria impulso à industrialização. Ainda segundo Oliveira, a planificação é fundamental para este tipo de integração de forma de não aumentar a desigualdade entre os países. Contudo, de acordo com a avaliação da Comissão, para finais dos anos 1960 a maioria das experiências regionais de integração tinham fracassado. De acordo com o relatório do BID (2003) citado por Oliveira (2014, p. 12), as causas que levaram ao desgaste do modelo foram as seguintes:

A tendência ao protecionismo nacional, à tensão entre Estado e o setor privado, ocasionados pela intervenção estatal nas decisões do mercado e também pelos hábitos protecionistas do setor privado, a instabilidade macroeconômica, acentuada pela

instabilidade dos preços das commodities e dos fluxos financeiros; a fraca infraestrutura, que limitou a expansão do comércio regional; e a instauração de governos autoritários em diversos países, que estimularam rivalidades nacionais e restrições à livre circulação de bens e de pessoas.

O Regionalismo Aberto foi elaborado pela CEPAL na década de 1990 com o objetivo de pensar a inserção de América Latina no marco da globalização. Nesse período proliferaram diversas teorias sobre o fim da história e consequente triunfo do capitalismo que implica o surgimento de uma nova era sem fronteiras, que exigia competitividade e abertura das economias. As proteções comerciais se tornaram barreiras, os direitos são flexibilizados, e prima a alta mobilidade de capitais, mercadorias e serviços. Contraditório em sua denominação e em sua proposta procura conjugar a ideia de região delimitada com interesses comuns com a abertura comercial e financeira.

Alguns dos efeitos positivos elencados pelos defensores de este tipo de integração seriam: aumento de produtividades e competitividade na indústria e na agricultura, economias de escala, promoção de investimentos, redução de custos de transação, standardização de normas e regulamentos, especialização produtiva, estabilidade e crescimento com equidade social. Argumentavam que o mercado regional era limitado e que a Substituição de Importações, à qual Prebisch defendeu na década de 1980, não era mais viável. A integração se tornou um processo complementar para o crescimento econômico e a industrialização deixou de ser o objetivo principal.

O novo paradigma estabelecia como meta uma economia internacional aberta e transparente, interligada em contraposição a fragmentação decorrente dos blocos econômicos e comerciais. Como explica Oliveira a continuação (2014, p. 27):

Ao contrário disso, as iniciativas que surgem, neste momento, buscam obter uma melhor inserção na economia mundial, por meio da abertura comercial e da aproximação de outras nações que estão fora do bloco, principalmente aquelas detentoras de tecnologia.

O regionalismo aberto concilia a interdependência, produto dos acordos especiais de caráter preferencial e a liberalização comercial. Recomendando não aumentar as barreiras tarifárias, estabelecer acordos de integração com condições de adesão flexíveis, tarifa externa comum e moderado nível de proteção. Os países superavitários deveriam facilitar o ingresso a seus mercados dos países menores e reforçar jurídica e financeiramente aos organismos regionais. Por último, os governos, teriam a tarefa de gerar estruturas flexíveis para a articulação empresarial.

O Estruturalismo original promovia a industrialização no marco de uma estratégia para o desenvolvimento autônomo, com o objetivo de modificar a forma de inserção internacional da região de acordo com as necessidades determinadas politicamente pelos Estados. No marco do Regionalismo Aberto a industrialização tem o objetivo de promover e conquistar mercados externos competitivos e dinâmicos, de acordo com as exigências do mercado internacional. A integração da era do Regionalismo Aberto consiste é uma integração internacionalista livre é um passo intermediário para a liberalização comercial e não mais um fim em si mesma. Baseia-se em acordos de livre comércio que desmontam os mecanismos de proteção o quais faziam da integração uma proposta estratégica para a região.

A integração concebida na perspectiva estruturalista original procurava integração comercial e produtiva no marco de um projeto de desenvolvimento regional, em que a região agiria como bloco econômico no sistema internacional. Segundo Corazza (2005) na prática, o Regionalismo Aberto promoveu a liberalização, a privatização assim como reformas estruturais de cunho liberalizante e as políticas macroeconômicas propostas no Consenso de Washington, salientando os efeitos positivos da abertura e deixa de lado a preocupação com estabelecer proteção como pregava o estruturalismo original.

Com efeito, não se trata mais de alterar os mecanismos de mercado, como propunha o Manifesto da CEPAL de 1949, mas de aceitar suas exigências e interesses, aperfeiçoando-os e se integrando a eles sem restrições, a través da abertura e da liberalização amplas e profundas das economias latino-americanas. (...) Ao contrario do que propunha o pensamento

histórico estruturalista da CEPAL de promover o crescimento “para dentro”, o regionalismo aberto parece ter invertido a pauta, ao propor voltar-se “para fora” e adequar-se integralmente às exigências de fora. (Op. Cit. p. 150).

Da mesma forma, o Estado segundo Corazza, perde seu papel estratégico em relação ao desenvolvimento. O processo de desenvolvimento deixa de ser uma estratégia regional para melhorar a inserção internacional da periferia e cabe ao Estado um mero papel de coadjuvante do mercado internacional.

Numa primeira avaliação, acreditamos que as formulações de Prebisch não combinam com o Regionalismo Aberto, já que este contraria alguns dos principais elementos da teoria do autor. Em primeiro lugar, o desenvolvimento não é o principal objetivo se não, o crescimento e a competitividade, e por tanto, trata-se de um modelo voltado “para fora”, que era o que Prebisch combateu desde a CEPAL. O Estado perde o protagonismo no processo econômico e se limita a garantir condições de negócios para as empresas que são as verdadeiras protagonistas. E por último, a integração com base em acordos de livre-comércio em lugar de um mercado comum que permita a complementação produtiva e a criação de um mercado regional. No Regionalismo Aberto se perde, fundamentalmente a visão de político- estratégica para a região, o que demonstra que as burguesias locais, estavam articuladas de forma dependente aos centros, porque não disputam um desenvolvimento regional autônomo.

3.2.2

Neoestruturalismo

O Neoestruturalismo inicia sua elaboração na década de 1990 com o documento *Transformação Produtiva com Equidade*. A CEPAL o apresenta esta perspectiva como oposto ao paradigma neoliberal que influenciou o Regionalismo Aberto e superação do estruturalismo incorporando novos elementos como a mobilidade de capitais, privatizações, desregulamentações, abertura comercial e maior integração

regional⁴². A igualdade se torna um princípio ético normativo primordial e rearticula a relação entre o Estado, o Mercado e a Sociedade. A categoria desenvolvimento não se limita a uma dimensão econômica, incorporando questões sociais e ambientais.

Esta perspectiva fusiona elementos da análise Estrutural com as pautas neoliberais do Regionalismo Aberto em torno das palavras chaves; competitividade, crescimento, progresso técnico e equidade. A industrialização é voltada à exportação e o Estado continua no seu papel coadjuvante. De acordo com Gargiulo (2016) a CEPAL procura ajustar-se às pautas do receituário neoliberal, aplicado principalmente pelos organismos multilaterais como FMI e BM. Segundo o autor, Bielschowski (2000 e 2009) divide esta perspectiva em dois períodos: a primeira década neoestruturalista iria até 1997 e a segunda se divide em dois, de 1998 até 2008 e de esse ano em frente. Ainda segundo o autor, a nova posição da CEPAL ainda não seria consensual⁴³.

No documento da CEPAL *Neoestruturalismo e as correntes heterodoxas na América Latina e o Caribe no início do século XXI* (2015), o estruturalismo e o neoestruturalismo são definidos da seguinte forma:

O estruturalismo surgiu, em parte, como uma reação ao pensamento ortodoxo na economia devido a seu falso sentido de universalidade e sua limitada aplicabilidade ao mundo real (Prebisch, 1950, pag. 498; Furtado, 2003, pags. 85-87), e, poderia se dizer, ao mundo em desenvolvimento. O neoestruturalismo constitui um esforço por adaptar as teses estruturalistas a um contexto cambiante e propor, ao mesmo tempo, novos temas e pautas para seu desenvolvimento metodológico e a formulação de política econômicas. (BARCENA, 2015, p.79)

Esta perspectiva proporia um diálogo aberto com outras correntes heterodoxas, a fim de criar uma agenda de política econômica,

⁴² BARCENA (2015)

⁴³ Até a data em que o artigo foi escrito.

(...) cujo fim seja, como o colocaram em seu momento, e por distintas vias, Keynes e Prebisch gerar um espaço de autonomia para a tomada de decisões que permita enfrentar as três grandes falências das economias de mercado: a incapacidade de gerar pleno emprego, a tendência à distribuição arbitrária de renda e a riqueza, e a propensão à volatilidade e à instabilidade.(Idem, p. 80).

Segundo Hernández (2015) as principais críticas do neoestruturalismo ao estruturalismo são a confiança excessiva no Estado, o pessimismo em relação ao mercado externo e a subestimação dos aspectos monetários e financeiros. Coloca como principais limitações do enfoque a limitada preocupação com as variáveis macroeconômicas de curto prazo, a fraca articulação entre as políticas de curto prazo com os objetivos nacionais de desenvolvimento. Partem de uma proposta em que o Estado seja fortalecido e intervenha de forma seletiva para permitir o funcionamento do mercado. A partir desta perspectiva, os autores neoestruturalistas procuram retomar algumas contribuições de Prebisch, atualizando o conceito de desenvolvimento que leva em consideração a igualdade como princípio normativo, a mudança de paradigma a nível global e a necessidade de políticas alternativas.

Hernández explicita que o objetivo do seu artigo é “desmistificar o falso dilema das concepções que contrapõem de forma excludente a função do Estado com o papel do mercado na atividade econômica”. Procura resgatar o que acredita seja um elemento essencial na cosmovisão de Prebisch para a atualidade, em particular para América Latina: “sua concepção balanceada entre as medidas intervencionistas e o respeito pelo mercado, junto com seu elevado pragmatismo”. (Idem, p. 325). A escola regulacionista francesa, que entende que o Estado continua sendo uma instituição central na sociedade e não se tornou obsoleto em detrimento do mercado, porque é ele que viabiliza o bom funcionamento do mesmo. Embora reconhecendo a necessidades de mudanças estruturais para se adaptar às mutações no sistema internacional, os neoestruturalistas aderem a esta perspectiva por entender que o Estado seria fundamental para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo teoria institucionalista, o Estado e o mercado são instituições importantes no processo de desenvolvimento. Contudo, o Estado deve ter uma visão de longo prazo e criar instituições assim como, mediar em conflitos que surgem no marco de mudanças estruturais. Segundo os Neo-Estruturalistas, o Estado na América Latina tende a ser social-liberal e cada vez mais democrático. Segundo Bresser Pereira (1998) a dimensão liberal do Estado na América Latina se evidencia na forma em que desempenha suas funções de maneira competitiva, com transparência, evitando monopólios e burocracia, e por este motivo o Estado social-liberal não substituiria ao mercado, mas o complementar.

3.3

A volta de Raúl Prebisch. Contexto atual.

No início do capítulo analisamos as evidências do resgate de Raúl Prebisch enquanto teórico do desenvolvimento e demonstramos que se trata de um resgate parcial a partir da sua produção teórica como Secretário Geral da CEPAL. Na segunda parte do capítulo, procuramos comparar o pensamento do Prebisch com os outros paradigmas da Comissão: o Regionalismo Aberto, correspondente aos anos 1990 e o Neoestruturalismo, dos anos 2000. Ao mesmo tempo em que estas teorias procuraram dar respostas ao contexto político, econômico e social do continente, elas são influenciadas pelo mesmo, como demonstramos na sessão anterior. A CEPAL enquanto comissão regional para o desenvolvimento econômico e social tem a função de analisar a conjuntura Latino-americana e fazer propostas políticas aos governos dos Estados membros.

Nesta seção, procuraremos apresentar a nossa leitura do contexto em que se produz a volta de Prebisch com o objetivo de refletirmos sobre a atualidade do seu pensamento, assim como, o que reflete as teorias de Prebisch sobre a conjuntura. Iniciaremos fazendo uma análise para a qual valeremos dos principais elementos da teoria de Virginia Fontes sobre Capital–Imperialismo (2010). A autora atualiza o conceito de Imperialismo de Lenin entendendo que toda expansão capitalista após 1945 tem caráter imperialista, até os países retardatários e dependentes (como os latino-americanos) precisaram adquirir esta forma de expansão capitalista.

O novo patamar de concentração deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relação entre dois tipos específicos de grandes capitalistas o industrial e o banqueiro. Característica do início e de boa parte do século XX, porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos. (FONTES, 2011, p.155).

De acordo com a autora o desenvolvimento capitalista implica transações internacionais, assimetrias econômicas e militares tornando toda inserção desigual no plano internacional. O capital-imperialismo seria a forma histórica contemporânea de produção e reprodução do capital. Um processo permanente de concentração\expropriação que se transforma num processo de extração de valor que ultrapassa as fronteiras nacionais. Nesse sentido, não haveria desenvolvimento capitalista que não esteja banhado de Imperialismo.

De acordo com Fontes, a multinacionalização teria consolidado processos de industrialização nos países dependentes, em alguns casos articulados com burguesias locais e seus governos no pós-segunda guerra mundial.

“Não obstante, ocorrerem sob estreita dependência dos países centrais, subalternizando-se (voluntariamente) tais burguesias (e seus governos) a decisões forâneas, resultam em profundas transformações (a “modernização”) e integraram-nos à socialização internacional dos processos de trabalho, ainda que sob sua forma mais perversa: uma divisão internacional do trabalho lastreado em autocracia burguesa calcadas em peso militar e no controle estrito da ciência e da tecnologia de ponta pelos países dominantes, ao lado da exportação de industrial, dentre as quais eram prioritariamente deslocadas as mais poluentes e/ou em processo de obsolescência. (Idem, p. 167).

O Imperialismo na perspectiva da autora, não é apenas geopolítico e econômico, abrange também a relação entre ciência e processo produtivo⁴⁴. A categoria Imperialismo tem sido utilizada predominantemente com duas conotações: o capitalismo sempre foi imperialista, desprezando assim as mudanças qualitativas⁴⁵; ou como expressão da expansão de um único país ou império⁴⁶: os

⁴⁴ Por exemplo, a produção transgênica de sementes produzidas em laboratório, o que constitui uma expropriação do processo de germinação das plantas visando baratear o custo/tempo de produção.

⁴⁵ Fontes (2010) evidencia mudanças substanciais na Pós-segunda guerra mundial como a criação do grupo banco mundial e outras agências internacionais que visa mediar relações intercapitalistas em escala internacional que formam intelectuais que passam a atuar na dinâmica do grande capital no plano internacional criando consenso na sociedade para deliberação de políticas capital-imperialista. Nos anos 60 há diversas lutas pela independência em países periféricos que freiam algumas expansões do capital imperialista. E por fim há uma mudança substancial pós guerra fria, permitindo que o capital-imperialismo se expandisse por todo o globo. Existem avanços e recuos nesse processo.

Estados Unidos. A expansão do Capital-Imperialismo se acentua na década de 1990 com a apropriação de novos espaços geográficos e formas de existência social que até então não estavam submetidas à dinâmica da reprodução capitalista. Esse processo de mega concentração, visa capturar todos os recursos disponíveis para convertê-los em capital⁴⁷, articulado a diferentes formas de expropriação.

As expropriações, não constituiriam de acordo com a autora, apenas um fenômeno próprio do processo de acumulação primitiva do capital, mas uma característica intrínseca do processo de expansão capitalista.

A suposição de que a acumulação primitiva tenha sido algo prévio ao pleno capitalismo leva a suposição de que no seu amadurecimento desapareceriam as expropriações “barbaras” (...). Mas as expropriações constituem um processo de permanente condição da constituição e expansão da base social capitalista e que longe de se estabilizar se aprofundam (FONTES, 2010, p. 45).

As expropriações podem ser primárias ou secundárias. As primeiras referem às desapropriações agrárias, seja que os camponeses foram atraídos para as cidades ou pela força (expulsos por razões diversas de suas terras, incapacitadas de sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais). Este movimento teve lugar ao longo do processo histórico capitalista, mas na América Latina teve início a partir das décadas de 1970, mas só na década de 1980 foram sentidas suas consequências com o inchaço das cidades pela grande massa de força de trabalho excedente.

As expropriações secundárias consistem no desmantelamento de recursos sociais de produção. Este movimento foi impulsionado nos anos 1990, pela via Legislativa e consiste na destruição de direitos sociais e trabalhistas, que afetam aos trabalhadores urbanos sob a forma de coerção, ameaças e demissões efetivas,

⁴⁶ Ainda que haja predominância do EUA a frente das políticas internacionais e expansão do Capital imperialismo, a confluência de diferentes tipos de capital, produzem uma teia de relação que conectam diferentes nações por meio de transações bancárias, financeiras, militares, políticas

⁴⁷ O Capital visa transformar todas as atividades de sobrevivência em trabalho, com novas formas de extração/produção de valor.

deslocamento de empresas e parques produtivos, assim como a eliminação de postos de trabalho, introduzindo no seu lugar uma nova “normalidade” de precarização, terceirização e informalidade.

Após a crise financeira internacional de 2008, segundo Mark Blyth (2017) surge uma preocupação com as dívidas nacionais e os déficits fiscais excessivos tanto nos países centrais como nos países dependentes a causa do suposto gasto desmesurado dos Estados. Contudo, segundo o autor, trata-se do custo do resgate e recapitalização do sistema bancário global que em sua maior parte acabou nas contas dos governos que devem fazer recortes nos seus orçamentos, em particular, em políticas sociais para saldar a dívida.

(...) transformamos a política da dívida numa moralidade que desviou a culpa dos bancos para o Estado. A austeridade é a penitência –dor virtuosa após a festa imoral- mas não vai ser uma dieta que todos partilharemos. Poucos de nós são convidados para a festa, mas nos pedem, a todos, que paguemos a conta. (BLYTH, 2017, p. 36).

Esta socialização da dívida dos bancos internacionais constitui uma forma de expropriação dos fundos públicos dos Estados (e em definitiva dos cidadãos) e ela é feita através dos cortes de orçamento de serviços essenciais, direitos (lei trabalhista, previdência, etc.) e através da própria dinâmica econômica, como rebaixamento de salários e precarização das condições de trabalho, com o objetivo de baratear cada vez mais a produção.

Segundo Fontes a totalidade das relações capitalistas não pode ser reduzida a esse duplo movimento de expropriação, uma vez que estas podem decorrer de fenômenos naturais como cataclismos ou conflitos que não dizem respeito diretamente as relações capitalistas, como conflitos étnicos (tribais). As populações expropriadas se transformam em extensa massa de força de trabalho desigualmente “liberada” para o Capital internacional, diferencialmente formada, mas igualmente disponibilizada para as várias formas de exploração e diversas modalidades de concorrência entre os próprios trabalhadores, pela oferta de emprego. As populações expropriadas precisam objetivamente subsistir, portanto,

objetiva e subjetivamente demanda empregabilidade, o que constitui a base para o mercado de força de trabalho.

No entanto, a expropriação não é apenas um fenômeno econômico, mas social. Trata-se da imposição violenta pautada pela eliminação dos meios de existência, concomitante com a mercantilização crescente de elementos essenciais da vida como água, terra, moradia e etc. Esse conjunto de elementos acentua, de forma drástica, a pobreza e a espoliação dos trabalhadores rurais e urbanos nos anos 1980 e 1990. Mike Davis (2006) apresenta um estudo desse período sobre o processo de “favelização” em países periféricos, em particular, na América Latina⁴⁸.

Nos últimos dez anos tem se constituído uma nova forma de internacionalização da produção, as cadeias de valor globais. As mesmas configuram uma nova forma de produção de mercadorias que se estende desde a concepção do produto até a entrega ao consumidor final, em que pelo menos duas regiões ou blocos comerciais estão envolvidos, de acordo com Gereffi (2001). As mesmas se baseiam nas teorias clássicas do comércio internacional, segundo as quais a especialização em produção é fundamental para uma inserção satisfatória na divisão internacional do trabalho⁴⁹. Essas atividades são coordenadas de diferentes maneiras: entre empresas, de forma quase hierárquica ou integração vertical entre empresas. A distribuição do poder entre as empresas dependeria do seu poder de mercado e da sua posição na cadeia de valor.

De acordo com Humphrey e Schmitz (2001), a forma de organização das cadeias de valor é chamada de estrutura de governança e depende das especificidades da

⁴⁸ Segundo pesquisa da OIT, a pobreza urbana na América Latina cresceu 50% no início da década de 1980, a renda média da população economicamente ativa caiu 40% na Venezuela, 30% na Argentina e 21% no Brasil e 61% no Peru. O emprego informal praticamente dobrou nesses países no final dos anos 80. (...) Na verdade em toda a América Latina, a década de 1980 aprofundou os vales e elevou os picos da topografia social mais contraditória do mundo. (DAVIS, 2006, pp.160-61).

⁴⁹ Lembremos que a ênfase em especialização vem sido defendido tanto pelo Regionalismo Aberto como pelo Neoestruturalismo.

cadeia. Quanto maior a cadeia de valor, maior a especialização de cada instância da cadeia e maior os riscos em relação aos fornecedores. De acordo com os autores, as diferentes cadeias são medidas de acordo com seus ganhos como indicador primário da renda, mas o acesso a essa informação geralmente é restrito. Outra maneira é através de aumentos de preços (taxas de aumento de preço), mas dependem do volume de transações, bem como da atividade particular a que se refere, tornando-se a maneira mais confiável de medir os fluxos monetários das cadeias de preços. O valor é através da distribuição de valor agregado, uma vez que está incluído nas contas nacionais dos Estados envolvidos e pode ser corroborado.

Humphrey e Schmitz explicam as estruturas das cadeias de valor da seguinte forma: em um nível macro, temos a rede de produção, que consiste em um conjunto de empresas que coordenam um conjunto de atividades, estritamente a cadeia de valor (valor cadeia), que por sua vez é subdividida em segmentos de valor compostos por empresas líderes e fornecedores. Esta articulação pode ser local, nacional (nacional), internacional (mais de um país), regional ou global. Segundo os autores, alguns dos benefícios da governança seriam, o acesso ao mercado, o que beneficiaria às empresas menores, articulando-se com empresas integradas internacionalmente; a facilidade de adquirir treinamento produtivo trabalhando em conjunto com empresas líderes, o que também permitiu uma redução de custos e atrasos de tempo; uma melhor distribuição de lucros entre as diferentes instâncias da cadeia produtiva; a possibilidade de influenciar políticas públicas que favoreçam as empresas que compõem a cadeia; e, finalmente, a possibilidade não só de reduzir riscos e custos com os fornecedores, o que reduz os riscos, bem como o acesso a tecnologias de ponta, ou o acesso ao progresso técnico.

As cadeias de valor de alta tecnologia (e elevado valor agregado) como a indústria aeronáutica, automobilística e eletrônica geralmente localiza pesquisa e desenho, marketing, gerenciamento de vendas e sede das empresas, nos Estados Unidos e na Europa. Enquanto a fabricação é feita na Ásia, México e América do Sul. Os

pontos de venda são distribuídos em todos os continentes, enquanto os centros de logística estão localizados nos países centrais. Finalmente, os serviços de manutenção são encontrados na África do Sul e na Ásia.

No início dos anos 2000, Jim O'Neill cunha os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) como as novas potências emergentes capazes de desestabilizar a configuração do sistema internacional. Atualmente temos o MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia). O que se assemelha a eles é a sua grande população e sua taxa de crescimento demográfico, ou seja, a expectativa de crescimento da população, ou melhor, do trabalho. Três deles são produtores de commodities, têm um nível bastante desigual de renda per capita e sem semelhança cultural ou proximidade geográfica. No entanto, eles são promovidos como os novos países emergentes, onde seria rentável investir. Segundo Fontes, estaria se produzindo um movimento de fortalecimento das burguesias dos países periféricos que procuram se inserir no circuito internacional com apoio de seus Estados e a costas das suas populações nacionais e de países vizinhos com burguesias mais fracas no processo de industrialização dependente e concentração de capital monetário.

Emergem novas tendências capital-imperialistas originadas em países secundários, carreando consigo interesses associados dos países centrais. Estariam nesse caso os países hoje denominados emergentes. (Idem, p. 209).

A rentabilidade da periferia depende da redução dos salários e da flexibilidade das condições de trabalho, bem como da redução das burocracias estatais, que tem como objetivo monitorar as atividades realizadas nos países. É um alto custo social entrar precariamente na cadeia de valor, não só por causa das concessões que deveriam ser feitas, mas também porque as principais atividades da cadeia continuarão a ser centralizadas na Europa e nos Estados Unidos.

Segundo Lampa (2017) o final do ciclo progressista e das políticas heterodoxas, embora sua aplicação efetiva tenha sido desigual nos diferentes países da região é visto como uma volta às políticas neoliberais. De acordo com o autor, o neoliberalismo não promoveu as políticas industrializantes e no seu lugar,

agenciou políticas com corte neo schumpeterianas que colocam a ênfase na inovação para o desenvolvimento econômico, a qual fica por conta dos Estados, que investem em pesquisas no longo prazo e cujo resultado é usufruído pelas empresas, segundo o autor.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho era analisar a retomada de Raúl Prebisch por parte da CEPAL e refletir sobre os motivos deste empreendimento. Como demonstramos, a retomada se realiza de forma parcial, desconsiderando não apenas formulações relevantes do autor de outros momentos de sua produção, como sucessos na vida do autor que tinham vinculação com a própria CEPAL, como seu apoio ao governo militar do general Lonardi enquanto exercia seu cargo de Secretário Geral da Comissão.

Por este motivo, iniciamos apresentando o debate sobre desenvolvimento subdesenvolvimento e dependência no qual se insere Prebisch entre a década de 1950 e 1970. As formulações da CEPAL foram fundamentais neste debate por serem o ponto de partida, a primeira vez que a região é pensada por seus teóricos com uma perspectiva estratégica: o desenvolvimento autônomo *para dentro*. O projeto da CEPAL traz imbuído um caráter político regional importante, que senta as bases para o regionalismo e a integração latino-americana. Esta no meu entendimento é a principal diferença com os teóricos da modernização, uma vez, que estes últimos proveem de universidades de países centrais, estudando e propondo políticas para países periféricos desde uma perspectiva endógena. Os países “subdesenvolvidos” o eram por causa de suas características sociais, históricas e econômicas, e por este motivo a solução era também endógena.

A CEPAL analisa o desenvolvimento e subdesenvolvimento como uma questão de origem exógena, os países se definem enquanto periferia pela sua inserção internacional e esta não só impõem determinações externas aos países como gera certas estruturas internas, próprias da periferia. Desta forma a CEPAL compreende que existem certas especificidades dos países da região. No entanto, a proposta da Comissão são políticas nacionais. Se a origem do problema esta no

sistema internacional, as políticas ao interior das nações podem melhorar parcialmente ou temporariamente certas situações, mas não a resolvem. América Latina continuara sendo periferia, independente das políticas econômicas de seus países.

Posteriormente as teorias da Dependência trabalham com uma dupla articulação o interno e o externo, incluindo na análise elementos sociológicos e políticos para a compreensão da situação latino-americana. Dentro destas teorias temos duas propostas: o desenvolvimento capitalista dependente e associado, foi o que se concretizou e a revolução socialista. A esquerda é derrotado militar e politicamente na década de 1960 e 1970 onde a maioria dos países do continente vivem ditaduras militares que a pesar de levar em frente projetos que poderiam ser considerados nacional desenvolvimentistas, mas que constitui o primeiro esboço de internacionalização de capitais dos principais países da região.

No segundo capítulo procuramos estudar as principais contribuições de Prebisch na Argentina como funcionário da Sociedade Rural Argentina até se tornar Diretor do Banco Central. Seu trabalho na CEPAL, na UNCTAD e posteriormente no ILPES e na Revista da CEPAL. Sua vida profissional esteve ligada à ONU durante muitos anos, embora com diferentes cargos em diversos espaços. Contudo, uma das coisas que mais chama a atenção é a contradição entre o que defendia na CEPAL, promovendo um projeto desenvolvimentista para a região, enquanto na Argentina, onde tinha capacidade de executar políticas, optou por um programa ortodoxo, o qual criticava. Por que se colocava como grande crítico do FMI, quando ele foi o responsável de que Argentina participasse em dita organização. Ou quais seriam os verdadeiros motivos de sua disputa com Peron, sendo que este defendia um programa nacional desenvolvimentista.

Na nossa avaliação, a principal contribuição de Prebisch foi ter participado na construção da CEPAL a qual, com suas contradições e limitações, cumpriu um papel muito importante na produção de um pensamento latino-americano. Suas

formulações teóricas ajudaram a sentar as bases do pensamento histórico estruturalista. Suas reflexões e críticas na UNCTAD ao funcionamento do comércio internacional e a demanda por tratamento diferenciado para os países “em desenvolvimento”, assim como sua promoção à integração regional. Em concreto, seu aporte na criação do ALALC, embora inicialmente uma zona de livre comércio, sentou as bases para a ALADI.

Em relação às reflexões no final de sua vida, incorpora elementos do debate da dependência, na nossa avaliação, do próprio Furtado, ao falar no fim do mito do desenvolvimento, assim como elementos de debates atuais, como meio ambiente, mesmo que superficialmente. Neste período, sua formulação expressa o paradigma que estava sendo gestado na época: a procura de uma síntese entre o capitalismo e o socialismo. Motivo pelo qual, Dosman, seu biógrafo o considera como o representante da Terceira Via, embora isto seja questionável.

Na sua retomada pela CEPAL, Prebisch aparece com a aparência que sempre quis ter: o tecnocrata, o profissional compromissado e mesurado. O teórico que propõe um projeto autonomista não radical, nem ortodoxo, nem marxista, keynesiano crítico. O criador de instituições, que defendia o Estado forte sem querer controlar o mercado. O teórico do desenvolvimento que contribuiu na elaboração do estruturalismo latino-americano, que criou “América Latina” e depois na UNCTAD o “Terceiro mundo”. A volta de Prebisch foi, na medida em que o Neoestruturalismo avaliou necessário, não pelo autor em si, mas pela perspectiva considerada compatível com suas propostas.

Como expusemos, na década de 1990 teve lugar uma disputa de paradigma ao interior da CEPAL entre o Regionalismo Aberto e o Neoestruturalismo. Ambas destoam bastante do pensamento de Prebisch de CEPAL. As principais contribuições do autor em relação a um desenvolvimento autónomo liderado pelo Estado que se contrapõe ao crescimento “para fora” de inícios de século XX. A concepção de integração que no caso das novas perspectivas da CEPAL se centra

em questões econômicas ortodoxas, e não mais em uma concepção de região, a integração é considerada apenas um meio para o crescimento.

Para finalizar, procuramos refletir o contexto histórico que permeia a republicação da obra de Raúl Prebisch. Como demonstramos nessa pesquisa, o autor no final da sua vida reconhece que não é possível o desenvolvimento capitalista a *imagem e semelhança dos centros* e inclusive concorda com a avaliação de Cardoso e Faletto fazem do desenvolvimento dependente e associado. O desenvolvimento na periferia, como explicamos no ultimo capítulo, integra a totalidade Capital Imperialismo e por tanto, só aprofunda as contradições do sistema.

Referências bibliográficas

BAMBIRRA, Vânia. **Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Ed. Insular, 2013.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Anti-herói Desenvolvimentista**. Novos Estudos - CEBRAP no. 94. São Paulo Nov. 2012.

BARCENA, Alicia. PRADO, Antonio. **Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI**. Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), abril de 2015.

BIELSCHOWSKY Ricardo **La evolución de las ideas de la CEPAL. Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL**. Santiago de Chile, 1998.

BLYTH Mark, **Austeridade uma ideia perigosa**. São Paulo, Autonomia Literária, 2017.

BOCCHI, J. I.; GARGIULO, F.F. **Desenvolvimentismo e a CEPAL: Da Industrialização por substituição de importações à transformação produtiva com equidade**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados-20ed/FELIPE FREITAS GARGIULO.pdf>

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica por uma crítica negativa ao desenvolvimento capitalista**. EDUFF, Niterói, 2016.

CALDENTEY, E. P.; SUNKEL, O.; OLIVOS, M. T. **Raúl Prebisch (1901-1986) Un recorrido por las etapas de su pensamiento sobre el desarrollo económico**. CEPAL, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

CEPAL, **El regionalismo abierto em América Latina y el Caribe. La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile, 1994.

CORAZZA, Gentil. **O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização**. Porto Alegre, Ensaio FEE, v. 27, Nº 1, 2006.

DOSMAN, Edgar, J. **Raúl Prebisch (1901-1986) A construção da América Latina e do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contratempo, 2011.

FRANK, Andre Gunder. **Latinoamérica: subdesarrollo capitalista o revolución socialista**. Habana, Pensamiento Critico, Nº 13, 1968.

_____. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina.** Chile, Centro de Estudios Miguel Enriquez, [1963] Disponível em: http://www.archivochile.cl/Ideas_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf

FONTES, Virginia. **Brasil e o Capital Imperialismo.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

GEREFFI, G.; HUMPHREY J.; KAPLONSKY R.; STURGEON, T.J. **Introduction: Globalisation, Value Chains and Development.** IDS Bulletin Vol.32 N°3. 2001.

HERNÁNDEZ, René. **Transformación del Estado y paradigmas de desarrollo en América Latina.** In: BARCENA, Alicia. PRADO, Antonio. Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI. Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), abril de 2015.

HOBSBAWM Eric. **The age of extremes. A history of the world, 1914-1991.,** New York: Vintage book editions, 1996.

HUMPHREY J.; SCHMITZ H. **Governance in Global Value Chains.** IDS Bulletin Vol.32 N°3. 2001.

KUZNETS Simon, [1954] **Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação.** In: Agarwala, A. N.; Singh, S. P. (org.) A economia do subdesenvolvimento, Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contratempo, 2010.

LAMPA, Roberto. **El sinuoso regreso de la economía heterodoxa.** Buenos Aires, Nueva Sociedad. N° 268, 2017.

LEWIS, Arthur. **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra** In: Agarwala, A. N.; Singh, S. P. (org.) A economia do subdesenvolvimento, Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contratempo, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **América Latina. Dependência e integração,** São Paulo, Página Aberta, 1992.

_____. **A crise teórica** In: MARINI, R. M.; MILLAN, M. (org.) La teoría social latinoamericana. Subdesarrollo y Dependencia. Tomo II. México D.F.: Ediciones El Caballito S.A. (1994)

MORENO, F. Marta. **Um (des)encontro de saberes: teorias da Modernização e teoria das Relações Internacionais.** Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Vol. 7, n. 1, jan.-jun. 2012

PIETERSE Jan Nederveen, **Development Theory.** Grã Bretanha: Saga, 2010.

PREBISCH Raúl, **Informe económico de Raúl Prebisch ante la Junta Consultiva Nacional que asesoraba al gobierno de facto del general Pedro Eugenio Aramburu.** Argentina, 1955.

_____. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas** (1949), CEPAL, ONU

_____. **Hacia una dinámica de desarrollo económico latinoamericano**, Mar del Plata (1963) CEPAL, ONU.

_____. **Hacia una política comercial en pro del desarrollo** (1964)

_____. **Capitalismo periférico. Crisis y transformación.** (1981)

_____. **Cinco etapas de mi pensamiento sobre desarrollo** (1984)

RIGGIROZZI, Pia. TUSSIE, Diana. **The rise of Post-hegemonic regionalismo. The Case of Latin America.** Países Baixos: United Nations University Series on Regionalism / Springer, 2012.

ROSENSTEIN-RODAN [1943] **Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste** In: Agarwala, A. N.; Singh, S. P. (org.) *A economia do subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contratempo, 2010.

_____. [1957] **Notes on the theory of the big push.** Massachusetts, 1957.

ROSTOW, Walt Whitman [1965] **A decolagem para o crescimento autossustentado** In: Agarwala, A. N.; Singh, S. P. (org.) *A economia do subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contratempo, 2010.

STURGEON, T.J. **How do we define value chains and production networks?.** IDS Bulletin Vol.32 N°3. 2001.

The Economist. **Raúl Prebisch. Latin America's Keynes.** Março, 2009. Acessado: Agosto 2017. Disponível em: <http://www.economist.com/node/13226316>

TRUMAN, Henry. **Discurso de investidura presidencial.** Washington, 1949. Acessado: 10 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.bartleby.com/124/pres53.html>

VIANA, Diego. **Biografia resgata legado do economista argentino Raúl Prebisch.** Valor Econômico. Acessado: 29 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/745657/biografia-resgata-legado-do-economista-argentino-raul-prebisch>